



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GILSON SOLONO FERREIRA JÚNIOR

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO TRIO DE FERRO DE PERNAMBUCO E
O POTENCIAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE
FUTEBOL (SAF)**

Recife

2024

GILSON SOLONO FERREIRA JÚNIOR

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO TRIO DE FERRO DE PERNAMBUCO E
O POTENCIAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE
FUTEBOL (SAF)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. MSc. Miguel Lopes de Oliveira Filho

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferreira Júnior, Gilson Solono.

Análise econômico-financeira do Trio de Ferro de Pernambuco e o potencial para implementação da Sociedade Anônima de Futebol (SAF) / Gilson Solono Ferreira Júnior. - Recife, 2024.

86 p., tab.

Orientador(a): Miguel Lopes de Oliveira Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2024.

Inclui referências.

1. análise contábil. 2. demonstrações financeiras . 3. futebol. 4. indicadores.
5. SAF. I. Oliveira Filho, Miguel Lopes de. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

GILSON SOLONO FERREIRA JÚNIOR

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO TRIO DE FERRO DE PERNAMBUCO E O POTENCIAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL (SAF)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 27 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Miguel Lopes de Oliveira Filho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Rodrigo Vaz Gomes Bastos
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Myron Palhano Galvão Sobrinho
Universidade Católica de Pernambuco

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por guiar os meus passos e iluminar o meu caminho ao longo da jornada acadêmica. Aos meus pais, Marcione e Gilson, pelo apoio constante, amor incondicional e por todos os sacrifícios que fizeram para me proporcionar uma educação de qualidade. Dedico também a mim mesmo, por não ter desistido em meio aos desafios, mantendo-me firme e determinado em alcançar este objetivo. E, por fim, à minha irmã, Karolyne, por todo o suporte durante toda a minha vida. A todos que contribuíram para esta conquista, minha mais sincera gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Gilson e Marcione, pelo amor incondicional e apoio inabalável durante toda a minha vida.

Aos meus irmãos, Karolyne, Kevin e Michael, que sempre estiveram ao meu lado, me motivando e encorajando a conquistar os meus objetivos.

Aos meus colegas de curso, Débora Soares, Graziela Oliveira, Luiz Cabral, Rebeca Bomfin, Rebeca Rosa, Renata Martin e Viviany Machado, pelo compartilhamento de conhecimento durante toda a graduação, em especial no período de pandemia.

Ao meu estimado professor orientador, Miguel Lopes de Oliveira Filho, a minha mais sincera gratidão por sua orientação neste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os professores que tive ao longo da minha graduação na Universidade Federal de Pernambuco, pela dedicação e compartilhamento de conhecimento.

A todos os que foram mencionados e a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para esta conquista, o meu mais sincero e profundo agradecimento.

EPÍGRAFE

“Não há nada mais perigoso do que não arriscar.” (Pep Guardiola)

RESUMO

O futebol transcendeu a sua função inicial de entretenimento e se tornou um negócio significativo. Com a sua movimentação financeira elevada na economia brasileira, acabou despertando o interesse de investidores e dos adeptos de maneira geral acerca das finanças dos clubes. O objetivo central do trabalho é analisar a situação econômico-financeira do Trio de Ferro de Pernambuco nos exercícios de 2021 e 2022, com o intuito de verificar se os resultados obtidos podem ser considerados atrativos para investidores em potencial. Este estudo assume uma abordagem exploratória e descritiva quanto aos fins, utilizando fontes documentais, como as demonstrações financeiras e notas explicativas das agremiações esportivas. Os resultados foram analisados minuciosamente através de tabelas construídas com o propósito de alcançar os objetivos da pesquisa. Os resultados calculados demonstraram que o Santa Cruz Futebol Clube, Sport Club do Recife e Clube Náutico Capibaribe vêm passando por dificuldades financeiras relevantes. Embora sejam clubes de renome no cenário esportivo, não são considerados atrativos no tocante aos indicadores para investidores na constituição de uma Sociedade Anônima de Futebol (SAF).

Palavras-chave: análise contábil. demonstrações financeiras. futebol. indicadores. SAF.

ABSTRACT

Football has transcended its initial function of entertainment and has become a significant business. With a high financial turnover in the Brazilian economy, it has sparked the interest of investors and fans in general about clubs' finances. The central objective of this work is to analyze the economic and financial situation of the "Trio de Ferro de Pernambuco" (the leading football clubs in Pernambuco) for the years 2021 and 2022, aiming to determine if the results obtained can be considered attractive to potential investors. This study takes an exploratory and descriptive approach, utilizing documentary sources such as financial statements and explanatory notes from the sports clubs. The results were meticulously analyzed through tables constructed for the purpose of achieving the research objectives. The calculated results demonstrated that Santa Cruz Futebol Clube, Sport Club do Recife, and Clube Náutico Capibaribe have been experiencing significant financial difficulties. Although they are renowned clubs in the sports scene, they are not considered attractive in terms of indicators for investors in establishing a Football Anonymous Society (SAF).

Keywords: accounting analysis. financial statements. football. indicators. SAF.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrações Contábeis Obrigatórias	15
Quadro 2 – Estrutura do Balanço Patrimonial.....	16
Quadro 3 - Configuração do Balanço Patrimonial	18
Quadro 4 - Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício	20
Quadro 5 - Estrutura da Demonstração do Resultado Abrangente.....	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise Horizontal do Ativo - Santa Cruz.....	38
Tabela 2 - Análise Horizontal do Passivo e Passivo a Descoberto – Santa Cruz	39
Tabela 3 - Análise Horizontal da Demonstração do Resultado – Santa Cruz.....	41
Tabela 4 - Análise Vertical do Ativo – Santa Cruz	42
Tabela 5 - Análise Vertical do Passivo e Passivo a Descoberto – Santa Cruz.....	42
Tabela 6 - Análise Vertical da Demonstração do Resultado – Santa Cruz.....	43
Tabela 7 - Liquidez Imediata – Santa Cruz	44
Tabela 8 - Liquidez Corrente – Santa Cruz.....	45
Tabela 9 - Liquidez Geral – Santa Cruz.....	45
Tabela 10 - Composição do Endividamento – Santa Cruz.....	46
Tabela 11 - Endividamento Geral – Santa Cruz	46
Tabela 12 - Rentabilidade do Ativo – Santa Cruz	47
Tabela 13 - Giro do Ativo – Santa Cruz	47
Tabela 14 - Análise Horizontal do Ativo – Sport.....	48
Tabela 15 - Análise Horizontal do Passivo e Patrimônio Líquido – Sport.....	49
Tabela 16 - Análise Horizontal da Demonstração do Resultado – Sport.....	51
Tabela 17 - Análise Vertical do Ativo – Sport.....	52
Tabela 18 - Análise Vertical do Passivo e Patrimônio Líquido – Sport.....	53
Tabela 19 - Análise Vertical da Demonstração do Resultado – Sport.....	54
Tabela 20 - Liquidez Imediata – Sport	55
Tabela 21 - Liquidez Corrente – Sport	55
Tabela 22 - Liquidez Geral – Sport.....	56
Tabela 23 - Composição do Endividamento – Sport	57
Tabela 24 - Endividamento Geral – Sport	57
Tabela 25 - Rentabilidade do Ativo – Sport.....	58
Tabela 26 - Giro do Ativo – Sport.....	58
Tabela 27 - Análise Horizontal do Ativo – Náutico	59
Tabela 28 - Análise Horizontal do Passivo e Passivo a Descoberto – Náutico.....	60
Tabela 29 - Análise Horizontal da Demonstração do Resultado – Náutico	61
Tabela 30 - Análise Vertical do Ativo – Náutico.....	62
Tabela 31 - Análise Vertical do Passivo e Passivo a Descoberto – Náutico	63
Tabela 32 - Análise Vertical da Demonstração do Resultado – Náutico.....	64

Tabela 33 - Liquidez Imediata – Náutico	65
Tabela 34 - Liquidez Corrente – Náutico	65
Tabela 35 - Liquidez Geral – Náutico	66
Tabela 36 - Composição do Endividamento – Náutico	66
Tabela 37 - Endividamento Geral – Náutico	67
Tabela 38 - Rentabilidade do Ativo – Náutico.....	67
Tabela 39 - Giro do Ativo – Náutico.....	68
Tabela 40 - Liquidez Imediata	68
Tabela 41 - Liquidez Corrente	69
Tabela 42 - Liquidez Geral.....	70
Tabela 43 - Composição do Endividamento	70
Tabela 44 - Endividamento Geral	71
Tabela 45 - Rentabilidade do Ativo.....	71
Tabela 46 - Giro do Ativo.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BP	Balanço Patrimonial
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração do Patrimônio Líquido
DRA	Demonstração do Resultado Abrangente
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EY	Ernst & Young
FIFA	Federação Internacional de Futebol
IFRS	International Financial Reporting Standards
ITG	Interpretação Técnica Geral
NBC TG	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
PIB	Produto Interno Bruto
S/A	Sociedade Anônima
TEF	Regime de Tributação Específica do Futebol

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2. JUSTIFICATIVA	9
1.3. OBJETIVOS	10
1.3.1. OBJETIVO GERAL	10
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1. ASPECTOS LEGAIS E CONTÁBEIS DO FUTEBOL NO BRASIL	11
2.1.1 LEI 9.615/1998	11
2.1.2 LEI 11.638/2007	13
2.1.3 ITG 2003 (R2) – ENTIDADE DESPORTIVA	14
2.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
2.2.1 BALANÇO PATRIMONIAL (BP)	15
2.2.1.1 ATIVO	16
2.2.1.1.1 ATIVO CIRCULANTE	16
2.2.1.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE	17
2.2.1.2 PASSIVO	17
2.2.1.2.1 PASSIVO CIRCULANTE	17
2.2.1.2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE	18
2.2.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
2.2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)	19
2.2.2.1 RECEITA	20
2.2.2.2 DESPESA	20
2.2.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA)	21
2.2.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)	22
2.2.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	22
2.2.6 NOTAS EXPLICATIVAS	23
2.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24
2.3.1 ANÁLISE VERTICAL	24
2.3.2 ANÁLISE HORIZONTAL	25
2.3.3 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	25
2.3.3.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ	26
2.3.3.1.1 LIQUIDEZ IMEDIATA	26
2.3.3.1.2 LIQUIDEZ CORRENTE	27

2.3.3.1.3	LIQUIDEZ GERAL	27
2.3.3.2	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DO CAPITAL	28
2.3.3.2.1	ENDIVIDAMENTO GERAL	28
2.3.3.2.2	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	28
2.3.3.3	INDICADORES DE RENTABILIDADE	29
2.3.3.3.1	RENTABILIDADE DO ATIVO	29
2.3.3.3.2	GIRO DO ATIVO	29
2.4	A SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL (SAF)	30
2.5	VANTAGENS E DESVANTAGENS DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL	32
2.5.1	VANTAGENS	32
2.5.2	DESVANTAGENS	35
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
4.	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	38
4.1.	SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE	38
4.1.1.	ANÁLISE HORIZONTAL	38
4.1.2.	ANÁLISE VERTICAL	41
4.1.3.	INDICADORES DE LIQUIDEZ	44
4.1.3.1	LIQUIDEZ IMEDIATA	44
4.1.3.2	LIQUIDEZ CORRENTE	45
4.1.3.3	LIQUIDEZ GERAL	45
4.1.4.	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL	46
4.1.4.1	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	46
4.1.4.2	ENDIVIDAMENTO GERAL	46
4.1.5.	INDICADORES DE RENTABILIDADE	47
4.1.5.1	RENTABILIDADE DO ATIVO	47
4.1.5.2	GIRO DO ATIVO	47
4.2.	SPORT CLUB DO RECIFE	48
4.2.1	ANÁLISE HORIZONTAL	48
4.2.2	ANÁLISE VERTICAL	52
4.2.3	INDICADORES DE LIQUIDEZ	55
4.2.3.1	LIQUIDEZ IMEDIATA	55
4.2.3.2	LIQUIDEZ CORRENTE	55
4.2.3.3	LIQUIDEZ GERAL	56
4.2.4	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL	56
4.2.4.1	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	57
4.2.4.2	ENDIVIDAMENTO GERAL	57

4.2.5	INDICADORES DE RENTABILIDADE	58
4.2.5.1	RENTABILIDADE DO ATIVO	58
4.2.5.2	GIRO DO ATIVO	58
4.3.	CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE	59
4.3.1	ANÁLISE HORIZONTAL	59
4.3.2	ANÁLISE VERTICAL	62
4.3.3	INDICADORES DE LIQUIDEZ	64
4.3.3.1	LIQUIDEZ IMEDIATA	64
4.3.3.2	LIQUIDEZ CORRENTE	65
4.3.3.3	LIQUIDEZ GERAL	66
4.3.4	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL	66
4.3.4.1	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	66
4.3.4.2	ENDIVIDAMENTO GERAL	67
4.3.5	INDICADORES DE RENTABILIDADE	67
4.3.5.1	RENTABILIDADE DO ATIVO	67
4.3.5.2	GIRO DO ATIVO	68
4.4.	COMPARATIVO DOS INDICADORES	68
4.4.1	INDICADORES DE LIQUIDEZ	68
4.4.1.1	LIQUIDEZ IMEDIATA	68
4.4.1.2	LIQUIDEZ CORRENTE	69
4.4.1.3	LIQUIDEZ GERAL	70
4.4.2	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL	70
4.4.2.1	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	70
4.4.2.2	ENDIVIDAMENTO GERAL	71
4.4.3	INDICADORES DE RENTABILIDADE	71
4.4.3.1	RENTABILIDADE DO ATIVO	71
4.4.3.2	GIRO DO ATIVO	72
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	75

1. INTRODUÇÃO

O futebol é uma paixão que está enraizada na cultura das pessoas em todos os lugares do planeta. A grandeza dessa paixão foi recentemente demonstrada através da final da Copa do Mundo de 2022, realizada no Qatar, que de acordo com a Federação Internacional de Futebol (FIFA), por meio do seu Relatório Anual 2022, o qual foi divulgado em fevereiro de 2023, atraiu audiência de 1,5 bilhão de pessoas ao redor do mundo, reafirmando a capacidade do futebol de mobilizar e despertar o interesse de multidões em escala global. No cenário brasileiro, a paixão pelo futebol é um elemento propulsor que vai além do esporte, tornando-se um componente inerente à identidade nacional. A abrangência grandiosa da Copa do Mundo de 2022 no Brasil, ainda segundo os dados divulgados pela entidade, despertou o interesse de aproximadamente 174 milhões de pessoas, o que representa cerca de 81% da população brasileira, evidenciando a importância inquestionável desse esporte em solo brasileiro.

Do ponto de vista financeiro, a modalidade esportiva mostra-se influente para a economia nacional, conforme demonstrado pelo estudo realizado pela empresa de consultoria e auditoria Ernst & Young (EY), o qual foi intitulado como “Impacto do Futebol Brasileiro”. Divulgado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 2019, o relatório apontou que o mercado da bola movimentou aproximadamente R\$ 53 bilhões no Brasil em 2018, representando 0,72% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, além de gerar mais de 155 mil postos de trabalho no país.

Em Pernambuco, a importância desse esporte para a sociedade e economia local não é diferente. As agremiações esportivas desempenham um papel significativo na vida das pessoas, sendo consideradas muito mais que clubes de futebol. Para o vereador Ebinho Florêncio (2023), autor da Lei Municipal 19.104 de 04 de outubro de 2023, que considera o Santa Cruz, Sport e Náutico como Patrimônio Cultural e Imaterial do Município do Recife, o futebol na Capital do Nordeste vai muito além de uma disputa ou modalidade esportiva por fazer parte da essência e história da localidade. O representante do povo acrescenta, ainda, que as agremiações são marcas que estão registradas na alma, na cultura e no cotidiano dos recifenses, havendo um laço firme entre os clubes e os munícipes.

Sendo assim, esta pesquisa tem o intuito de realizar a análise de maneira crítica da situação econômico-financeira dos clubes que compõem o Trio de Ferro de

Pernambuco (Santa Cruz Futebol Clube, Sport Club do Recife e Clube Náutico Capibaribe).

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Mesmo existindo bastante paixão e apoio dos seus torcedores fiéis, as três principais entidades futebolísticas de Pernambuco têm enfrentado dificuldades econômico-financeiras relevantes. Em conformidade com as demonstrações financeiras concernentes ao exercício de 2021 das três principais agremiações esportivas de Pernambuco, é possível observar que o passivo total dessas entidades é superior aos R\$ 700 milhões. Pontua-se que o Santa Cruz Futebol Clube está no topo do ranking, apresentando um passivo de aproximadamente R\$ 286 milhões. Em seguida, o Sport Club do Recife com um montante de R\$ 258 milhões, enquanto o Clube Náutico Capibaribe encerra a lista, com um total de R\$ 166 milhões em dívidas, o que demonstra tamanha precariedade financeira das entidades. Considerando esse cenário de incertezas, de que forma os resultados obtidos na análise econômico-financeira podem potencializar o interesse de investidores para o Santa Cruz, Sport e Náutico e, por consequência, contribuir com a sustentabilidade dessas agremiações e a promoção de um panorama esportivo mais estável e vitorioso em Pernambuco?

1.2. JUSTIFICATIVA

A relevância desta pesquisa encontra-se na imperiosidade de compreender e discutir as dificuldades econômico-financeiras enfrentadas pelo Trio de Ferro de Pernambuco – Santa Cruz Futebol Clube, Sport Club do Recife e Clube Náutico Capibaribe. Estas agremiações, além de serem times de importância no cenário esportivo local e nacional, são partes integrantes da identidade histórica e cultural de Pernambuco, demandando um estudo aprofundado sobre a situação econômica.

Esta pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de preservar não apenas a tradição esportiva, mas também os laços culturais e emocionais que conectam essas agremiações à comunidade local. Em um panorama nacional em que os clubes enfrentam crises financeiras de modo generalizado, com um passivo superior a R\$ 10 bilhões, conforme apontado por estudo realizado pela Sports Value

(2023), investigar a situação específica desses clubes emblemáticos pode oferecer percepções valiosas para abordagens administrativas mais eficazes. A implementação da Sociedade Anônima de Futebol (SAF) emerge como uma abordagem inovadora, uma vez que pode representar solução na gestão financeira dos clubes, rompendo com práticas ultrapassadas que contribuem para o insucesso econômico. Ainda que a SAF seja considerada uma possível solução, esta pesquisa irá se concentrar de modo primordial na análise dos indicadores como forma de potencializar o interesse de investidores.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a situação econômico-financeira das três principais agremiações esportivas de Pernambuco, assim como investigar através dos indicadores o potencial atrativo de investidores para implementação da Sociedade Anônima de Futebol (SAF).

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir os aspectos legais e contábeis da prática futebolística no Brasil;
- Descrever as demonstrações financeiras apresentadas pelos clubes de futebol, assim como as técnicas utilizadas para análise;
- Apresentar e conceituar a Sociedade Anônima de Futebol (SAF), bem como as suas vantagens e desvantagens;
- Examinar detalhadamente os indicadores dos clubes do Trio de Ferro de Pernambuco.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ASPECTOS LEGAIS E CONTÁBEIS DO FUTEBOL NO BRASIL

2.1.1 LEI 9.615/1998

A Lei 9.615, também conhecida como “Lei Pelé” em homenagem ao ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento pela sua contribuição ao esporte, foi promulgada em 24 de março de 1998 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ela foi responsável pela regulamentação da prática desportiva no Brasil, visto que instituiu normas gerais sobre os desportos, incluindo o futebol, que é a modalidade mais popular no Brasil.

O normativo alterou de maneira significativa o cenário esportivo brasileiro, enfocando em aspectos como organização de clubes, obrigações e direitos dos atletas, financiamento do esporte, democratização e transparência na administração e a obrigatoriedade da transformação dos clubes em empresas com fins lucrativos, conforme dispunha o artigo 27, da Lei Pelé:

Art. 27. As atividades relacionadas a competições de atletas profissionais são privativas de:

I - sociedades civis de fins econômicos;

II - sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor;

III - entidades de prática desportiva que constituírem sociedade comercial para administração das atividades de que trata este artigo.

Parágrafo único. As entidades de que tratam os incisos I, II e III que infringirem qualquer dispositivo desta Lei terão suas atividades suspensas, enquanto perdurar a violação.

A lei, porém, foi alvo de inúmeras críticas de diversos estudiosos e especialistas no campo do Direito Desportivo, incluindo Álvaro Melo Filho, uma das maiores referências no assunto. Em um depoimento prestado à Comissão Especial de Desporto da Câmara Federal, Melo Filho (1997) destacou que o artigo 27 do Projeto de Lei feria a autonomia desportiva constante no artigo 217, inciso I da Constituição Federal, assim como a liberdade de associação para fins lícitos e a criação de associações previstas no artigo 5, inciso XVII e XVIII da mesma norma.

Assim, diante da intensa pressão para que a conversão de associação em empresa fosse facultativa, a Lei 9.981, datada de 14 de julho de 2000, foi responsável

pela revogação da obrigatoriedade. Essa exigência, posteriormente, passou por modificações, apresentando atualmente a seguinte redação:

Art. 27. As entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais e as entidades de administração de desporto ou ligas em que se organizarem, independentemente da forma jurídica adotada, sujeitam os bens particulares de seus dirigentes ao disposto no art. 50 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além das sanções e responsabilidades previstas no caput do art. 1.017 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na hipótese de aplicarem créditos ou bens sociais da entidade desportiva em proveito próprio ou de terceiros.

§ 1º (parágrafo único original) (Revogado).

§ 2º A entidade a que se refere este artigo poderá utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais, inclusive imobiliários ou de propriedade intelectual, para integralizar sua parcela no capital de Sociedade Anônima do Futebol, ou oferecê-los em garantia, na forma de seu estatuto, ou, se omissos, mediante aprovação de mais da metade dos associados presentes a assembleia geral especialmente convocada para deliberar o tema.

§ 3º (Revogado pela Lei nº 10.672, de 2003)

§ 4º (Revogado pela Lei nº 10.672, de 2003)

§ 5º O disposto no art. 23 aplica-se, no que couber, às entidades a que se refere o caput deste artigo.

§ 6º Sem prejuízo de outros requisitos previstos em lei, as entidades de que trata o caput deste artigo somente poderão obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeiros se, cumulativamente, atenderem às seguintes condições:

I - realizar todos os atos necessários para permitir a identificação exata de sua situação financeira;

II - apresentar plano de resgate e plano de investimento;

III - garantir a independência de seus conselhos de fiscalização e administração, quando houver;

IV - adotar modelo profissional e transparente; e

V - apresentar suas demonstrações financeiras, juntamente com os respectivos relatórios de auditoria, nos termos definidos no inciso I do art. 46-A desta Lei.

§ 7º Os recursos do financiamento voltados à implementação do plano de resgate serão utilizados:

I - prioritariamente, para quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas; e

II - subsidiariamente, para construção ou melhoria de estádio próprio ou de que se utilizam para mando de seus jogos, com a finalidade de atender a critérios de segurança, saúde e bem estar do torcedor.

§ 8º Na hipótese do inciso II do § 7º, a entidade de prática desportiva deverá apresentar à instituição financiadora o orçamento das obras pretendidas.

§ 9º É facultado às entidades desportivas profissionais constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

§ 10. Considera-se entidade desportiva profissional, para fins desta Lei, as entidades de prática desportiva envolvidas em competições de atletas profissionais, as ligas em que se organizarem e as entidades de administração de desporto profissional.

§ 11. Os administradores de entidades desportivas profissionais respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados, de gestão temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto, nos termos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 12. (VETADO)

§ 13. Para os fins de fiscalização e controle do disposto nesta Lei, as

20 atividades profissionais das entidades de que trata o caput deste artigo, independentemente da forma jurídica sob a qual estejam constituídas, equiparam-se às das sociedades empresárias.

2.1.2 LEI 11.638/2007

Promulgada em 28 de dezembro de 2007, a Lei 11.638 revogou artigos da Lei 6.404/1976 e trouxe novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, a fim de realizar o alinhamento aos padrões internacionais de contabilidade. Assim sendo, as principais alterações que foram trazidas pela legislação, de acordo com o LEFISC (2008):

- a) A Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) foi extinta e substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- b) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) passou a ser obrigatória para as companhias abertas;
- c) As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) devem ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade;
- d) Alteração em alguns grupos de contas, com o “Intangível” passando a compor o “Ativo Permanente” em conjunto com Investimentos, Imobilizado e Diferido, redação posteriormente alterada pela Lei 11.941/2009, além da criação da conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” em substituição à Reserva de Reavaliação;
- e) Exclusão das Reservas de Capital os valores relativos ao “Prêmio Recebido na Emissão de Debêntures” e as “Doações e Subvenções para Investimentos”;
- f) Aplicação do Ajuste a Valor Presente em elementos do ativo e passivo;
- g) Nas operações de Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade que será incorporada ou em decorrência de fusão ou cisão devem ser contabilizados pelo seu valor de mercado;
- h) Os investimentos não necessitam ser relevantes para avaliação com base na Equivalência Patrimonial;
- i) Necessidade de destinar ao fim do exercício social o saldo da conta “Lucros Acumulados”; e
- j) Conceituação das Sociedades de Grande Porte (exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00).

Essas alterações não foram focadas de modo exclusivo no campo esportivo, mas a implementação dos padrões internacionais de contabilidade, ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS), resultou em uma maior precisão e padronização na preparação dos relatórios financeiros, possibilitando inclusive o interesse de investidores estrangeiros, em razão da capacidade de análise comparativa das informações contábeis em nível internacional.

2.1.3 ITG 2003 (R2) – ENTIDADE DESPORTIVA

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2003 (R2) – Entidade Desportiva, veiculada no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 2023, substituindo a ITG 2003 e a sua alteração (R1), com o intuito de alinhar-se às normas internacionais de contabilidade. Essa Interpretação Técnica Geral é transitória e valerá exclusivamente para o exercício social de 2024. Após esse período, perderá os seus efeitos, e as Entidades Desportivas passarão a seguir de maneira exclusiva os Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A principal mudança introduzida pela Norma foi a exclusão do reconhecimento de ativos intangíveis relacionados à formação de atletas, em conformidade com as normas contábeis brasileiras e internacionais. A partir de 2024, todos os dispêndios com a formação dos atletas devem ser contabilizados em contas de resultado; quanto aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2023, eles devem ser avaliados e separados entre aqueles que seguem as regras estabelecidas na ITG 2003 (R1) e aquelas que não seguem. Os gastos registrados de forma inadequada devem ser ajustados retrospectivamente, conforme previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, enquanto os gastos que foram registrados de modo adequado devem ser baixados como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do Patrimônio Líquido, a depender da apropriação).

2.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras têm o objetivo “de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas”.

Ainda de acordo com a mesma norma, as demonstrações contábeis também têm como propósito evidenciar os efeitos das ações da administração, demonstrando como ela cumpriu os seus deveres e responsabilidades ao gerir os recursos que lhe foram confiados. Para alcançar esse propósito, essas demonstrações fornecem informações detalhadas sobre a entidade acerca dos seguintes aspectos:

- a) ativos;
- b) passivos;
- c) patrimônio líquido;
- d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas;
- e) alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles; e
- f) fluxos de caixas.

A seguir, será apresentado o Quadro 1 que aborda as demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e pela Norma Brasileira de Contabilidade 26 (R5):

Quadro 1 – Demonstrações Contábeis Obrigatórias

NBC TG 26 (R5)	6.404/1976
BP	BP
DRE	DRE
DRA	-
DMPPL	DLPA
DFC	DFC (dispensada cia. fechada PL < 2 milhões)
DVA	DVA (cia. aberta)
	Notas Explicativas

Fonte: elaboração própria.

2.2.1 BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

De acordo com Iudícibus et al. (2019, p. 300), “o Balanço Patrimonial representa uma das demonstrações contábeis mais significativas, sendo fundamental para avaliar a situação patrimonial e financeira de uma entidade.” Para Martins et al. (2021), a finalidade do balanço é fornecer uma visão da situação financeira e patrimonial em uma data específica, refletindo, assim, uma perspectiva estática.

A Lei das Sociedades por Ações (6.404/1976), em seu artigo 178, dispõe que no balanço as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que

registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

De acordo com Almeida (2018, p. 19), “o balanço patrimonial é constituído por três componentes: o ativo, o passivo e o patrimônio líquido. O primeiro é apresentado no lado esquerdo, enquanto o passivo e o patrimônio líquido são apresentados no lado direito do balanço.”

Quadro 2 – Estrutura do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo	Passivo
	Patrimônio Líquido

Fonte: Martins et al. (2021, p. 2).

2.2.1.1 ATIVO

Segundo a definição de Ludícibus et al. (2018, p. 13), “o ativo compreende, de forma simplificada, os bens e os direitos da entidade expressos em moeda.” Complementarmente, a Lei das S/A, em conformidade com o disposto no artigo 178, § 1º, estipula que o ativo deve ser organizado em ordem decrescente de grau de liquidez, com distinção entre os grupos de ativo circulante e não circulante.

2.2.1.1.1 ATIVO CIRCULANTE

De acordo com Martins et al. (2021), o ativo circulante engloba todas as contas que se espera serem realizadas dentro de um ano a partir da data da demonstração financeira, seja ela de final de período ou intermediária. De modo adicional, a NBC TG 26 (R5), em seu item 66, estabelece que:

66. O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
 (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
 (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
 (d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido na NBC TG 03), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulante.

2.2.1.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Segundo o artigo 179 da Lei 6.404/1976, o ativo não circulante é composto pelas contas que irão se converter em recursos financeiros no longo prazo. Conforme estabelecido pela referida norma, esse grupo é composto pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. A NBC TG 26 (R5) em concordância com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, também subdivide o ativo não circulante em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

2.2.1.2 PASSIVO

Conforme mencionado por Almeida (2019), o passivo consiste nos recursos fornecidos por terceiros para financiar os ativos e é representado por obrigações. Além disso, a Lei 6.404/1976 preceitua, em seu artigo 180, que as obrigações serão classificadas como circulantes quando vencerem no exercício seguinte e não circulantes se tiverem vencimento em prazo mais longo.

2.2.1.2.1 PASSIVO CIRCULANTE

Para Martins et al. (2021, p. 306), o passivo circulante é “representado pelas obrigações da companhia cuja liquidação se espera que ocorra dentro do exercício social seguinte, ou de acordo com o ciclo operacional da empresa, se este for superior a esse prazo.”

Conforme estipulado na NBC TG 26 (R5), são definidos os critérios para classificação como circulante, os quais incluem:

69. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
- (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
 - (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou
 - (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (ver item 73). Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação. (Redação alterada pela Resolução CFC n.º

1.376/11) Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

2.2.1.2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

De acordo com Martins et al. (2021, p. 307), “no passivo não circulante são registradas as obrigações da companhia cuja liquidação deverá ocorrer em prazo superior a seu ciclo operacional, ou após o exercício social seguinte, e que não se enquadrem nas definições de passivo circulante.”

2.2.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com Iudícibus et al. (2018), o patrimônio líquido é caracterizado como a diferença entre o valor total do ativo e do passivo de uma entidade em um momento específico. O PL representa, assim, a riqueza líquida da organização.

Em convergência com a definição apresentada, Martins et al. (2021, p. 379) afirmam “no balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios”.

Segundo a Lei 6.404/1976, o Patrimônio Líquido das entidades é dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

A seguir, apresenta-se o Quadro 3, que ilustra a segmentação do Ativo e Passivo em consonância com as prescrições estabelecidas pela Lei 6.404/1976 e NBC TG 26 (R5), propiciando uma visão clara da estrutura contábil adotada para análise patrimonial.

Quadro 3 - Configuração do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo	Passivo + Patrimônio Líquido
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante:	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido:
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros

	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

Fonte: Martins et al. (2021, p. 3).

2.2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Segundo Almeida (2019), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) fornece uma síntese do desempenho da entidade ao longo de um determinado período, evidenciando as receitas auferidas, os custos incorridos e as despesas realizadas durante as operações da entidade.

Conforme estipulado pelo artigo 187 da Lei 6.404/1976, a Demonstração do Resultado do Exercício deve detalhar:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

A seguir, será apresentado o Quadro 4, a fim de elucidar a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) em convergência com as diretrizes estabelecidas na NBC TG 26 (R5):

Quadro 4 - Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31/12/20x2	31/12/20x1
OPERAÇÕES CONTINUADAS		
Receita		
Custo das Vendas		
Lucro Bruto		
Despesa com vendas		
Despesas gerais e administrativas		
Resultado de equivalência patrimonial		
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		
Receitas financeiras		
Despesas financeiras		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		
Tributos sobre o lucro		
Resultado líquido das operações continuadas		
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		
Lucro do exercício proveniente das operações descontinuadas		
Lucro líquido do exercício		
Lucro por ação		

Fonte: Almeida (2019, p. 48).

2.2.2.1 RECEITA

De acordo com a NBC TG – Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019, no item 4.68, “receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.”

2.2.2.2 DESPESA

De acordo a NBC TG – Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019, no item 4.69, “despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.”

2.2.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA)

Em consonância com Martins et al. (2021), a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) não engloba exclusivamente as receitas e despesas corriqueiras, mas também as demais alterações que influenciam o patrimônio líquido e ainda não foram apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), conforme estipulado pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Contábeis. Essas receitas e despesas adicionais são conhecidas como “outros resultados abrangentes” e, de acordo com a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, deve incluir os seguintes componentes:

- a) variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente (ver a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e a NBC TG 04 – Ativo Intangível);
- b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme item 93A da NBC TG 33 – Benefícios a Empregados;
- c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior (ver a NBC TG 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis);
- d) ganhos e perdas resultantes de investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 da NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros; (Alterada pela NBC TG 26 (R5))
- e) ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 4.1.2A da NBC TG 48; (Incluída pela NBC TG 26 (R5))
- f) parcela efetiva de ganhos e perdas de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e os ganhos e perdas em instrumentos de hedge que protegem investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 da NBC TG 48 (ver Capítulo 6 da NBC TG 48); (Alterada pela NBC TG 26 (R5))
- g) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 da NBC TG 48); (Incluída pela NBC TG 26 (R5))
- h) alteração no valor temporal de opções quando separar o valor intrínseco e o valor temporal do contrato de opção e designar como instrumento de hedge somente as alterações no valor intrínseco (ver Capítulo 6 da NBC TG 48); e (Incluída pela NBC TG 26 (R5))
- i) alteração no valor dos elementos a termo de contratos a termo ao separar o elemento a termo e o elemento à vista de contrato a termo e designar, como instrumento de hedge, somente as alterações no elemento à vista, e alterações no valor do spread com base na moeda estrangeira de instrumento financeiro ao excluí-lo da designação desse instrumento financeiro como instrumento de hedge (ver Capítulo 6 da NBC TG 48). (Incluída pela NBC TG 26 (R5))

Ainda de acordo com Martins et al. (2021), a DRA pode ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), ou ser apresentada de

modo separado em um demonstrativo específico. A NBC TG 26 (R5), no entanto, recomenda que ela seja integrada à DMPL. Entretanto, caso seja apresentada em separado, ela deve seguir a estrutura mínima abaixo, conforme Quadro 5:

Quadro 5 - Estrutura da Demonstração do Resultado Abrangente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(=) Lucro/Prejuízo Líquido
Outros Resultados Abrangentes
(=) Resultado Abrangente do Período

Fonte: Martins et al. (2021, p. 533).

2.2.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

Conforme Almeida (2019), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) tem por objetivo apresentar as mudanças que ocorreram no patrimônio líquido da empresa ao longo do exercício.

De maneira complementar, Martins et al. (2021) defendem que a DMPL é de suma importância, pois ela evidencia o fluxo de recursos de uma conta para outra, assim como a origem e o montante de cada acréscimo e decréscimo do Patrimônio Líquido durante o período. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é, portanto, um complemento às informações apresentadas no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

2.2.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Apresentar os pagamentos e recebimentos da entidade durante o exercício, classificados em fluxo de caixa das atividades operacionais (FCAO), fluxos de caixa das atividades de financiamento (FCAF) e fluxos de caixa das atividades de investimentos (FCAI) é o objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa. (ALMEIDA, 2019)

Em complemento, Martins et al. (2021) afirmam que a DFC contribui para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam a capacidade da empresa em gerar caixa e seus equivalentes de caixa, assim como as necessidades relacionadas à utilização desses recursos financeiros.

2.2.6 NOTAS EXPLICATIVAS

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, em seu art. 176, § 4º, “as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.”

Ainda de acordo com a mesma legislação, em seu art. 176, § 5º, as notas explicativas devem:

- I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- IV – indicar: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - f) o número, espécies e classes das ações do capital social; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

Dessa forma, de acordo com o previsto na Lei 6.404/1976, as notas explicativas esclarecem as informações que estão presentes nas demonstrações

contábeis. Este trabalho utilizará as notas explicativas divulgadas pelo Trio de Ferro para esclarecimentos acerca das informações contidas nas demonstrações financeiras.

2.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com Assaf Neto (2020, p. 105), a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo “relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras.”

A “Análise de Balanços” permite que se extraia, dos demonstrativos contábeis apurados e divulgados por uma empresa, informações úteis sobre o seu desempenho econômico-financeiro, podendo atender aos objetivos de análise dos investidores, credores, concorrentes, empregados, governo etc. (ASSAF NETO, 2020)

Assaf Neto (2020) afirma ainda que não existe uma metodologia que seja aceita de maneira unânime para análise das demonstrações contábeis, uma vez que a forma de utilização dos índices é específica de quem está realizando a análise, além de que fatores como experiência e conhecimento técnico influenciam na conclusão do analista.

Conclui-se, portanto, que a técnica contábil de análise das demonstrações financeiras possibilita a tomada de decisão com base em informações extraídas da contabilidade sobre a concessão ou não de um crédito, por exemplo, ou avaliar se a organização está sendo bem gerida.

2.3.1 ANÁLISE VERTICAL

Segundo Almeida (2019, p. 106):

A análise vertical (AV) demonstra a participação de cada conta ou de cada transação em relação a um total comparável nas demonstrações contábeis. Por exemplo, no caso de contas do ativo, é usado o total do ativo. Na Demonstração do Resultado do Exercício a receita é utilizada como 100%.

Assaf Neto (2020, p. 202) corrobora o entendimento de que “a análise vertical (AV) é um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável.”

O cálculo consiste em uma divisão simples do valor a ser comparado com o valor total do grupo. Para Almeida (2019), o cálculo da análise vertical pode ser realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AV = \frac{\text{valor da conta}}{\text{valor total do grupo}} \times 100$$

2.3.2 ANÁLISE HORIZONTAL

De acordo com Almeida (2019, p. 105), “a análise horizontal (AH) relaciona cada conta ou transação ao longo de certo período de anos ou de meses, evidenciando aumentos ou reduções em comparação com o primeiro ano da série.”

Em complemento, Assaf Neto (2020, p. 191) define a análise horizontal como “comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal.”

De acordo com Almeida (2019), o cálculo da análise horizontal é realizado através da fórmula abaixo:

$$AH = \frac{\text{valor atual do item}}{\text{valor do item na data-base}} \times 100$$

2.3.3 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Em conformidade com Assaf Neto (2020, p. 123), os indicadores econômico-financeiros visam:

Relacionar elementos afins das demonstrações contábeis de forma a melhor extrair conclusões sobre a situação da empresa. Existem diversos índices úteis para o processo de análise, sendo metodologicamente classificados nos seguintes grupos: liquidez, operacional, rentabilidade, endividamento e estrutura, análise de ações e geração de valor. Visando a uma comparação interempresarial, é possível ainda obter-se em revistas especializadas indicadores de empresas concorrentes e padrões do setor de atividade e do mercado.

2.3.3.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Para Almeida (2019, p. 125), “o objetivo dos índices de liquidez é fundamentalmente verificar a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações. Essa verificação é efetuada comparando contas de ativo e do passivo do balanço.”

Segundo Assaf Neto (2020, p. 110), em complemento ao conceito apresentado, “o estudo da liquidez visa conhecer a capacidade de pagamento da empresa, isto é, suas condições financeiras de cobrir no vencimento todos seus compromissos passivos assumidos.”

Em consonância com Almeida (2019) e Assaf Neto (2020), o índice é normalmente considerado bom quando tem o resultado acima de 1,00, mas pontuam que esses valores são apenas indicadores de liquidez e não garantem necessariamente que a organização conseguirá arcar com as suas dívidas nos prazos acordados.

2.3.3.1.1 LIQUIDEZ IMEDIATA

Para Assaf Neto (2020, p. 296), a liquidez imediata “revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente. Esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade.”

Em complemento, Almeida (2019) afirma que esse indicador mostra o quanto a entidade dispõe de recursos disponíveis de imediato para cada R\$ 1,00 de obrigação classificada no passivo circulante. Quando maior o índice será mais benéfico para a organização.

Segundo Assaf Neto (2020), o cálculo deste indicador é através da fórmula abaixo:

$$Liquidez\ Imediata = \frac{disponível}{passivo\ circulante}$$

2.3.3.1.2 LIQUIDEZ CORRENTE

A liquidez corrente aponta se a empresa é capaz de realizar pagamentos a curto prazo. Se a liquidez corrente for maior que 1, significa dizer que o capital circulante líquido é positivo; se for igual a zero, o capital circulante líquido é nulo; e se for menor que 1, o capital circulante líquido é negativo. (ASSAF NETO, 2020)

Adicionalmente, Almeida (2019, p. 132) afirma que “esse índice indica quanto a entidade possui de ativos circulantes para cada R\$ 1,00 de passivo circulante (dívidas com vencimento de até doze meses após a data do balanço patrimonial).”

Para realizar o cálculo desse indicador, o Assaf Neto (2020) pontua que é através da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$$

2.3.3.1.3 LIQUIDEZ GERAL

De acordo com Assaf Neto (2020, p. 298):

Esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$ 1 que a empresa mantém de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo. A liquidez geral é utilizada também como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos seus compromissos.

Em consonância com o conceito apresentado, Almeida (2019) afirma que a liquidez imediata traz a informação do quanto a entidade dispõe de ativos circulantes e realizáveis a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total (dívidas de curto e longo prazo).

Para Assaf Neto (2020), o cálculo desse indicador é realizado mediante a aplicação da fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}$$

2.3.3.2 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DO CAPITAL

De acordo com Almeida (2019, p. 141), “o objetivo desses índices é essencialmente analisar o endividamento da entidade, relacionado com os capitais de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante) investidos nos negócios da entidade.”

Esse tipo de indicador apresenta o nível de participação do capital de terceiros na atividade da empresa. Quanto maior for essa participação, maior será seu grau de endividamento. Esse índice tem como finalidade avaliar a estratégia adotada pela empresa para captação de recursos e alguns de seus direcionamentos. (PEREZ JUNIOR, 2015).

2.3.3.2.1 ENDIVIDAMENTO GERAL

Em conformidade com Assaf Neto (2020, p. 255):

Esse índice “revela a dependência da empresa com relação a suas exigibilidades totais, isto é, do montante investido em seus ativos, qual a participação dos recursos de terceiros. Quanto maior se apresentar esse índice, mais elevada se apresenta a dependência financeira da empresa pela utilização de capitais de terceiros.

Para o cálculo desse índice, de acordo com Assaf Neto (2020), deve-se utilizar a fórmula:

$$EG = \frac{\textit{passivo total}}{\textit{ativo total}} \times 100$$

2.3.3.2.2 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A Composição do Endividamento indica a concentração do endividamento a curto prazo. Qual a participação de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. (PEREZ JUNIOR, 2015).

Em complemento, Almeida (2019) pontua que quanto menor o percentual, melhor será para a entidade, pois o passivo circulante força bastante a liquidez da organização por conta do vencimento em doze meses.

Para cálculo do índice, de acordo com Almeida (2019), deverá ser utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{passivo circulante}}{\text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante}} \times 100$$

2.3.3.3 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Esses índices permitem a análise das taxas de retorno obtidas pelas empresas sob vários aspectos. (PEREZ JUNIOR, 2015).

Em complemento ao conceito apresentado, Almeida (2019, p.155) afirma que os índices de rentabilidade têm “o objetivo de identificar o desempenho econômico da entidade, relacionado o lucro apurado com parâmetros de relatividade, tais como vendas, ativos e patrimônio líquido.”

2.3.3.3.1 RENTABILIDADE DO ATIVO

A Rentabilidade do Ativo aponta o retorno sobre o Ativo Total independente de sua origem, seja de capital próprio ou de terceiros. Mostra a rentabilidade do total de recursos administrativos pela empresa. (PEREZ JUNIOR, 2015).

Em conformidade com Almeida (2019), esse índice demonstra o lucro gerado a partir dos ativos da organização, então quanto maior o resultado melhor para a entidade.

Para cálculo desse indicador, segundo Perez Junior (2015), a fórmula a ser aplicada é a seguinte:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{lucro líquido}}{\text{ativo total}} \times 100$$

2.3.3.3.2 GIRO DO ATIVO

O Giro do Ativo mostra quantas vezes o ativo total girou no exercício em relação às vendas líquidas. Empresas que operam com margem baixa necessitam de muito giro para obter lucros. (PEREZ JUNIOR, 2015)

Em consonância com Perez Junior (2015), esse índice demonstra o quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento, portanto quanto maior o resultado melhor para a organização.

De acordo com Perez Junior (2015), o cálculo desse indicador deve ser realizado mediante a aplicação da fórmula:

$$Giro\ do\ Atico = \frac{receita\ líquida}{ativo\ total}$$

2.4 A SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL (SAF)

Segundo Souza e Ramalho (2022, p. 17):

A Lei da SAF inova no Sistema Nacional do Desporto, facultando uma nova modalidade de organização social para as entidades de prática desportiva. A Sociedade Anônima do Futebol (“SAF”) representa uma tipologia (ou “subtipologia”) societária destinada exclusivamente para o futebol e surge com a finalidade de contribuir com o resgate do ambiente futebolístico no país, buscando desenvolvê-lo não apenas como atividade desportiva, mas também como atividade empresarial e econômica, sem deixar de respaldar, a sua repercussão social.

A Lei das Sociedades Anônimas de Futebol, em seu caput do art. 1º, define o instituto jurídico SAF como uma “companhia cuja atividade principal consiste na prática do futebol, feminino e masculino, em competição profissional, sujeita às regras específicas desta Lei e, subsidiariamente, às disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.”

Complementarmente, Monteiro de Castro (2021) afirma que a Lei 14.193/2021, de autoria do Senador da República e presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, é uma marca importante que surgiu de uma vontade nacional, com o intuito de recuperar, aprimorar e levar o futebol ao patamar de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Não obstante, a SAF não pode ser vista como um fim, mas sim um meio para atingir os objetivos que lhe deram origem.

Em convergência com o entendimento apresentado por Monteiro de Castro (2021), o Claudio Pracownik (2022), diretor de empresa de consultoria de gestão desportiva *Win The Game*, afirmou o seguinte em entrevista à Agência Senado:

Entendo que o novo modelo das SAFs é benéfico para a profissionalização do futebol. Mas lembro que as SAFs são um meio, não um fim. Ela não é determinante para que um clube seja bem-sucedido, mas oferece pela primeira vez em nossa história um caminho que traz, acoplado a ele, o acesso ao capital privado. A maior parte das legislações anteriores versava sobre redução de dívidas e refinanciamentos. A Lei das SAFs inova ao apontar caminhos para a gestão profissional, de práticas de governança e compliance. São essas práticas que são partilhadas por investidores internacionais e nacionais. A lei também trata da reestruturação de dívidas e da recuperação judicial, que é uma prática muito segura e relevante para este mercado. Só acho sempre importante reiterar que virar SAF não garante sucesso. Gestões irresponsáveis também podem ocorrer, se as práticas recomendadas não forem seguidas ou se a gestão for incompetente. Qualquer empresa ou empresário está sujeito a inadimplemento e falências.

Nesse sentido, os clubes tradicionais e centenários que se encontram afundados em dívidas veem na Lei da Sociedade Anônima de Futebol uma esperança de soerguimento, conforme aponta o Rodrigo Pacheco (2022), em matéria veiculada na Agência Senado:

A sociedade anônima do futebol (SAF) permitiu que clubes se transformem em empresas e está revolucionando o futebol brasileiro. No Brasil, quase todos os clubes seguem o modelo de associação civil. A legislação não era favorável e, infelizmente, esse tipo de gestão não funcionou adequadamente. Grande parte dos clubes enfrenta enormes dívidas e está muito aquém do potencial desportivo. A lei das SAFs cria um regime tributário próprio, com alíquota unificada. Permite a quitação das dívidas cível e trabalhista da pessoa jurídica original, e traz segurança jurídica na recuperação judicial.

O instituto da Sociedade Anônima de Futebol possibilita uma maior transparência, potencializando mais investimentos nacionais e estrangeiros para os clubes brasileiros, conforme entendimento do Senador da República (2022):

A lei das SAFs também traz mais transparência e governança corporativa. Obriga a existência do conselho de administração e do conselho fiscal; obriga a ter auditoria externa das contas por empresa independente; e obriga a publicação de demonstrações financeiras. O projeto equilibra o mercado, adequando os impostos à atividade, e traz segurança jurídica para a empresa que quer atuar com futebol. Inglaterra e Alemanha possuem clubes-empresas desde o século 19. Futebol gera empregos e renda. É um ativo do nosso país e a SAF irá ajudar a preservar e fortalecer os clubes brasileiros.

Salienta-se, ainda, que a Lei das SAFs não obriga a conversão dos clubes de futebol ao modelo de Sociedade Anônima de Futebol, podendo a entidade esportiva continuar em seu modelo associativo, em convergência com o disposto no art. 27 da

Lei Pelé. A SAF poderá ser adotada a qualquer tempo, desde que atendidas as disposições e os requisitos legais.

No que concerne ao processo de constituição da Sociedade Anônima de Futebol, a Lei 14.193/2021 prevê em seus artigos 2º e 3º as formas, conforme redação abaixo:

Art. 2º A Sociedade Anônima do Futebol pode ser constituída:
 I - pela transformação do clube ou pessoa jurídica original em Sociedade Anônima do Futebol;
 II - pela cisão do departamento de futebol do clube ou pessoa jurídica original e transferência do seu patrimônio relacionado à atividade futebol;
 III - pela iniciativa de pessoa natural ou jurídica ou de fundo de investimento.
 Art. 3º O clube ou pessoa jurídica original poderá integralizar a sua parcela ao capital social na Sociedade Anônima do Futebol por meio da transferência à companhia de seus ativos, tais como, mas não exclusivamente, nome, marca, dísticos, símbolos, propriedades, patrimônio, ativos imobilizados e mobilizados, inclusive registros, licenças, direitos desportivos sobre atletas e sua repercussão econômica.

Existe a previsão, portanto, de quatro formas diferentes para constituição da SAF, que são: (a) a transformação do clube ou pessoa jurídica original em Sociedade Anônima do Futebol; (b) a cisão do departamento de futebol do clube ou pessoa jurídica original e transferência do seu patrimônio relacionado à atividade futebol; (c) a iniciativa de pessoa natural ou jurídica ou de fundo de investimento; e (d) a integralização de parcela ao capital social na Sociedade Anônima do Futebol por meio da transferência à companhia de seus ativos.

2.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL

Conforme apresentado anteriormente, a Sociedade Anônima de Futebol consiste em um modelo societário específico para as entidades desportivas, exclusivamente para o futebol profissional, seja masculino ou feminino, conforme artigo 1º da Lei 14.193/2021. Assim sendo, como em qualquer análise, há pontos positivos e negativos na implementação da SAF, que serão expostos abaixo.

2.5.1 VANTAGENS

De acordo com Monteiro de Castro (2021), uma das principais vantagens é a possibilidade de utilização do instituto jurídico da Recuperação Judicial/Extrajudicial

para reorganização financeira, assim como o Regime Centralizado de Execuções, conforme preceitua o artigo 13:

Art. 13. O clube ou pessoa jurídica original poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos seus credores, ou a seu exclusivo critério:
 I - pelo concurso de credores, por intermédio do Regime Centralizado de Execuções previsto nesta Lei; ou
 II - por meio de recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Ainda de acordo com Monteiro de Castro (2021), uma outra vantagem é um regime tributário específico para as SAFs, conhecido como Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF), que unifica o pagamento do IRPJ, PIS, COFINS, CSLL e as contribuições da previdência, com exceção do IOF, IR sobre rendimentos auferidos em renda fixa ou variável, IR sobre os ganhos de capital na alienação de bens do ativo imobilizado, FGTS, entre outros, conforme disposição do art. 31:

Art. 31. A Sociedade Anônima do Futebol regularmente constituída nos termos desta Lei fica sujeita ao Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF). (Promulgação partes vetadas)
 § 1º O regime referido no caput deste artigo implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições, a serem apurados seguindo o regime de caixa:
 I - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);
 II - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep);
 III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
 IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e
 V - contribuições previstas nos incisos I, II e III do caput e no § 6º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
 § 2º O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:
 I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);
 II - Imposto de Renda relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;
 III - Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo imobilizado;
 IV - contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 V - Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas; e
 VI - demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.
 § 3º O pagamento mensal unificado deverá ser feito até o vigésimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido recebida a receita.

Ademais, conforme estabelecido no artigo 32 da Lei da Sociedade Anônima de Futebol, a SAF irá efetuar o pagamento mensal dos tributos com uma alíquota de 5% nos primeiros cinco anos, com uma diminuição para uma alíquota de 4% a partir do sexto ano-calendário da SAF, vide redação abaixo:

Art. 32. Nos 5 (cinco) primeiros anos-calendário da constituição da Sociedade Anônima do Futebol ficará ela sujeita ao pagamento mensal e unificado dos tributos referidos no § 1º do art. 31 desta Lei, à alíquota de 5% (cinco por cento) das receitas mensais recebidas. (Promulgação partes vetadas)

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se receita mensal a totalidade das receitas recebidas pela Sociedade Anônima do Futebol, inclusive aquelas referentes a prêmios e programas de sócio-torcedor, excetuadas as relativas à cessão dos direitos desportivos dos atletas.

§ 2º A partir do início do sexto ano-calendário da constituição da Sociedade Anônima do Futebol, o TEF incidirá à alíquota de 4% (quatro por cento) da receita mensal recebida, compreendidos os tributos referidos no § 1º do art. 31 desta Lei, inclusive as receitas relativas à cessão dos direitos desportivos dos atletas.

§ 3º O Ministério da Economia regulamentará a repartição da receita tributária de que trata este artigo, observadas as diretrizes de repartição de receitas tributárias estabelecidas pela Constituição Federal e pela legislação em vigor.

Em consonância com Monteiro de Castro (2021), a Lei das SAFs trouxe como benefício a possibilidade de emissão de debêntures, denominadas como debêntures-fut, conforme redação do artigo 26:

Art. 26. A Sociedade Anônima do Futebol poderá emitir debêntures, que serão denominadas “debêntures-fut”, com as seguintes características:

I - remuneração por taxa de juros não inferior ao rendimento anualizado da caderneta de poupança, permitida a estipulação, cumulativa, de remuneração variável, vinculada ou referenciada às atividades ou ativos da Sociedade Anônima do Futebol;

II - prazo igual ou superior a 2 (dois) anos;

III - vedação à recompra da debênture-fut pela Sociedade Anônima do Futebol ou por parte a ela relacionada e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários;

IV - pagamento periódico de rendimentos;

V - registro das debênture-fut em sistema de registro devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência.

§ 1º Os recursos captados por meio de debêntures-fut deverão ser alocados no desenvolvimento de atividades ou no pagamento de gastos, despesas ou dívidas relacionados às atividades típicas da Sociedade Anônima do Futebol previstas nesta Lei, bem como em seu estatuto social.

Para Souza e Ramalho (2022, p. 124), as debêntures-fut:

Surgem com a manifesta intenção de estimular a aderência dos clubes ao modelo de sociedade anônima nos parâmetros estabelecidos pela própria Lei

da SAF. A escolha pelo seu formato se justifica por ser uma forma relativamente simples e barata de se emitir títulos no mercado, os quais poderiam ser comprados por pessoas físicas que poderiam adquirir um título de dívida posto no mercado pelo seu clube do coração. Sua maior vantagem concorrencial em relação a outros títulos do mercado de capitais, que muitas vezes poderão ser até financeiramente mais atrativos que as debêntures-fut, é o elemento imprevisível e imponderável da paixão do torcedor.

2.5.2 DESVANTAGENS

Kampff (2019) argumenta que a principal desvantagem da instituição da Sociedade Anônima de Futebol é a perda da identidade histórica, a priorização do lucro em detrimento dos resultados obtidos dentro de campo e a possibilidade de uma gestão que traga consequências ruins ao clube. O Milan, por exemplo, mesmo com todos os recursos financeiros passou por momentos difíceis em razão de uma administração ruim, que chegou a culminar em exclusão da Liga Europa por descumprimento do Fair Play Financeiro. O Belenenses, de Portugal, também é um caso que serve de alerta, pois em 2012 transformou-se em Sociedade Anônima Desportiva através da venda de 90% para a *Codecity Sports Management*. Posteriormente, os sócios tentaram voltar a ter o controle do futebol, mas não obtiveram êxito, com a Justiça de Portugal dando razão à empresa, então precisaram recriar o clube do zero.

O incidente envolvendo o Figueirense, embora não fosse uma Sociedade Anônima de Futebol propriamente dita, exemplifica como um modelo semelhante, como o clube-empresa, pode ser danoso ao clube. Sob o comando da Elephant, responsável pelo futebol do clube por meio de um contrato de 20 anos, o Figueirense Ltda. enfrentou muitas dificuldades, incluindo atraso nos salários, falta de alimentação para os jogadores da base e rescisões contratuais na Justiça do Trabalho. O apogeu foi quando não entrou em campo para jogar uma partida da Série B, resultando em derrota por W.O., o que culminou na ruptura do contrato entre a Elephant e o Figueirense.

Além disso, conforme mencionado por Souza e Ramalho (2022), é uma possibilidade que clubes que adotam regimes empresariais podem decretar falência, uma vez que estão sujeitos às mesmas regras de outras atividades econômicas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Bruyne et al. (1991), a metodologia representa a estrutura lógica dos procedimentos científicos desde sua origem até seu desenvolvimento. Bruyne et al. (1991, p. 29) afirmam ainda que “a metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados.”

Em conformidade com Gil (2002) e Vergara (1998), as pesquisas podem ser classificadas de acordo com os fins e meios:

Quanto aos fins, de acordo com Vergara (1998), a pesquisa é denominada descritiva, pois evidencia as características de uma população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis e identificar sua natureza. A autora afirma ainda que o foco não é explicar de maneira aprofundada os fenômenos descritos, embora forneça uma base para eventuais explicações.

A pesquisa também pode ser classificada como exploratória, pois Gil (2002, p. 41) afirma que:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Quanto aos meios de investigação, esta pesquisa é classificada como documental, conforme definição de Gil (2002, p. 45):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa é classificada como documental pelo fato de que utiliza as demonstrações financeiras do Santa Cruz Futebol Clube, Sport Club do Recife e Clube Náutico Capibaribe, sem qualquer tratamento analítico das informações fornecidas pelas instituições futebolísticas para cálculo dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade.

Esta pesquisa terá como amostra as demonstrações financeiras das três principais agremiações esportivas de Pernambuco (Santa Cruz, Sport e Náutico) dos últimos dois exercícios (2021 e 2022). Para evitar distorções nos resultados obtidos e análises equivocadas, as demonstrações financeiras de 2021 foram atualizadas para a data base de 31/12/2022 para excluir o efeito inflacionário. O índice utilizado foi o IPCA-IBGE, através da Calculadora do Cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, serão apresentados os resultados e discussões dos indicadores das demonstrações financeiras do Santa Cruz, Sport e Náutico nessa ordem e no fim um comparativo entre os índices das três agremiações esportivas.

4.1. SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

Fundado em 3 de fevereiro de 1914, o Santa Cruz Futebol Clube é uma associação sem fins lucrativos, com sede no Recife, sendo a sua principal atividade a prática de futebol na modalidade profissional.

4.1.1. ANÁLISE HORIZONTAL

Após a coleta das informações contidas nas demonstrações contábeis do Santa Cruz, foi elaborada a análise horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado dos exercícios de 2021 e 2022.

Tabela 1 - Análise Horizontal do Ativo - Santa Cruz

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>A/H (%)</u>
		(IPCA-IBGE)	(R\$)	
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalente de caixa	1.056.031	1.155.053	(99.022)	(8,57)
Contas a receber	26.163	68.603	(42.440)	(61,86)
Tributos a recuperar	3.625	31.716	(28.091)	(88,57)
Adiantamentos e antecipações	30.671	140.399	(109.728)	(78,15)
<u>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>1.116.490</u>	<u>1.395.770</u>	<u>(279.280)</u>	<u>(20,01)</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Realizável a longo prazo:				
Empréstimos a terceiros	-	900.164	(900.164)	(100,00)
Imobilizado	234.255.078	253.132.738	(18.877.660)	(7,46)
Direito de Uso	1.731.424	-	1.731.424	100,00
<u>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>235.986.502</u>	<u>254.032.902</u>	<u>(18.046.400)</u>	<u>(7,10)</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>237.102.992</u>	<u>255.428.672</u>	<u>(18.325.680)</u>	<u>(7,17)</u>

Fonte: elaboração própria.

De acordo com a Tabela 1, é possível observar que houve variação negativa em praticamente todos os grupos do ativo no período analisado. Em termos gerais, o valor do ativo regrediu em R\$ 18.325.680, o que representa uma queda de 7,17%.

Segundo a Nota Explicativa 4, a rubrica “Caixa e equivalente de caixa” é composta por caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com alta liquidez. Essa conta apresentou uma variação negativa absoluta de R\$ 99.022,00, representando em termos percentuais 8,57%. Observa-se, portanto, que essa diminuição acarreta uma deterioração ainda maior na capacidade de pagamento a curto prazo do clube.

Um grupo de contas que apresentou uma alteração significativa em valor monetário foi o “Imobilizado”, com uma diminuição de R\$ 18.877.660,00. Em consonância com a Nota Explicativa 4, esse grupo é formado pelo terreno, edifícios e construções e mais alguma contas e o método de depreciação utilizado é o linear. Os valores apresentados nesse grupo no BP estão embasados em uma análise realizada por peritos independentes da Recife Engenharia Avaliação e Perícias Ltda.

Tabela 2 - Análise Horizontal do Passivo e Passivo a Descoberto – Santa Cruz

<u>PASSIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>A/H (%)</u>
		(IPCA-IBGE)	(R\$)	
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	229.445	280.910	(51.465)	(18,32)
Obrigações tributárias	24.307.542	20.619.034	3.688.508	17,89
Obrigações sociais e trabalhistas	27.204.791	25.144.483	2.060.308	8,19
Acordos extrajudiciais a pagar	568.119	616.027	(47.908)	(7,78)
Adiantamentos de terceiros	2.283.593	2.437.872	(154.279)	(6,33)
Receitas a apropriar	1.567.361	1.953.319	(385.958)	(19,76)
Parcelamentos	-	193.372	(193.372)	(100,00)
Outras obrigações	60.000	3.641.879	(3.581.879)	(98,35)
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	56.220.851	54.886.896	1.333.955	2,43
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos a pagar	11.972.629	11.826.052	146.577	1,24
Multas a pagar Bacen	3.720.517	3.005.818	714.699	23,78
Parcelamentos	-	765.282	(765.282)	(100,00)
Contas a pagar	895.228	-	895.228	100,00
Provisão para riscos judiciais	219.820.089	234.954.814	(15.134.725)	(6,44)
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	236.408.463	250.551.967	(14.143.504)	(5,64)
Ajuste de avaliação patrimonial	242.064.695	256.969.733	(14.905.038)	(5,80)
Déficits acumulados	(297.591.017)	(306.979.924)	(9.388.907)	(3,06)
PASSIVO A DESCOBERTO	(55.526.322)	(50.010.191)	5.516.131	11,03
TOTAL DO PASSIVO	237.102.992	255.428.672	(18.325.680)	(7,17)

Fonte: elaboração própria.

De acordo a Tabela 2, destacam-se os aumentos nas rubricas de “obrigações tributárias” e “obrigações sociais e trabalhistas” em 17,89% e 8,19%, respectivamente. A Nota Explicativa 6 demonstra que o valor de IPTU a pagar mais que duplicou no período analisado, atingindo um montante de R\$ 9.393.504,00, influenciando no aumento da rubrica de “obrigações tributárias”. Quanto à rubrica de “obrigações sociais e trabalhistas”, nota-se pela Nota Explicativa 7 que o clube teve acréscimos consideráveis nas rescisões a pagar, no FGTS a recolher e no INSS a recolher, elevando o valor total da rubrica.

Apesar da redução de 19,76% na rubrica de “Receitas a apropriar”, o Santa Cruz continua antecipando recursos de períodos subsequentes, conforme detalhamento da Nota Explicativa 9, em que houve um adiantamento de royalties no valor de R\$ 1.144.951,00 pela fornecedora de material esportivo Volt e um adiantamento de direitos televisivos pela TV Globo referente ao Pernambucano 2023 no montante de R\$ 422.410,00. Isso demonstra que o clube não tem sido capaz de arcar com as suas obrigações correntes sem recorrer a receitas futuras.

No que concerne ao passivo não circulante, nota-se uma diminuição absoluta de R\$ 15.134.725,00 na rubrica de “Provisão para riscos judiciais”. Em conformidade com a Nota Explicativa 11, a agremiação esportiva provisionou todos os processos em que é réu e a perda é considerada provável, em consonância com o disposto na NBC TG 25. No detalhamento das provisões, R\$ 122.434.435,00 são trabalhistas, R\$ 28.266.788,00 são cíveis e R\$ 69.118.866,00 são tributárias.

Observa-se, também, um acréscimo de 1,24% ou R\$ 146.577,00 nos empréstimos a pagar do Santa Cruz no período analisado. Nas informações disponibilizadas pela Nota Explicativa 10, esses empréstimos são de terceiros (pessoas jurídicas e pessoas físicas) e não há exigência de garantias ou cobrança de juros e multa. Os valores devidos são de R\$ 10.415.523,00 para pessoas físicas e 1.557.106,00 para pessoas jurídicas.

Por fim, verifica-se um aumento de 11,03 pontos percentuais no passivo a descoberto da entidade, ou R\$ 5.516.131,00 em termos monetários, agravando ainda mais a situação em que a soma de todos os ativos do clube é insuficiente para quitar todos os passivos contraídos.

Tabela 3 - Análise Horizontal da Demonstração do Resultado – Santa Cruz

	2022	2021	VARIAÇÃO	A/H (%)
		(IPCA-IBGE)	(R\$)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.235.407	14.992.681	(2.757.274)	(18,39)
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	<u>(20.367.387)</u>	<u>(24.351.218)</u>	<u>(3.983.831)</u>	<u>(16,36)</u>
Despesas com pessoal	(8.344.037)	(11.591.676)	(3.247.639)	(28,02)
Despesas administrativas	(12.023.350)	(12.759.542)	(736.192)	(5,77)
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(8.131.980)</u>	<u>(9.358.537)</u>	<u>(1.226.557)</u>	<u>(13,11)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(272.052)</u>	<u>(13.218)</u>	258.834	1.958,13
Despesas financeiras	(431.565)	(148.474)	283.091	190,67
Receitas financeiras	159.513	135.256	24.257	17,93
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(8.404.032)	(9.371.755)	(967.723)	(10,33)

Fonte: elaboração própria.

É possível observar a partir da Tabela 3 que houve em 2022 um decréscimo de 18,39% ou R\$ 2.757.274,00 na receita operacional líquida do clube em relação ao ano anterior. De acordo com a Nota Explicativa 13, nota-se que a não participação do clube na Copa do Brasil e na Copa do Nordeste em 2022 impactou negativamente nas receitas obtidas pela agremiação, assim como o valor com negociação de atletas diminuiu em mais de 90%.

Nota-se, também, uma diminuição acentuada de R\$ 3.247.639,00 nas despesas com pessoal. De modo geral, praticamente todas as contas de resultado apresentaram decréscimo no período analisado, inclusive o déficit do exercício, que fechou em R\$ 8.404.032,00 no ano de 2022, um decréscimo de 10,33% em relação ao ano anterior.

É importante ressaltar que, se o clube mantivesse esse nível de receita e o destinasse de maneira integral ao pagamento do passivo, sem levar em conta os efeitos inflacionários, o Santa Cruz demoraria cerca de 23 anos para liquidar todo o seu passivo atual, o que evidencia a grave situação financeira enfrentada pela instituição.

4.1.2. ANÁLISE VERTICAL

A partir das informações extraídas das demonstrações contábeis do Santa Cruz, realizou-se a análise vertical do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado concernentes aos exercícios de 2021 e 2022.

Tabela 4 - Análise Vertical do Ativo – Santa Cruz

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>A/V (%)</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>A/V (%)</u>
			(IPCA-IBGE)	
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalente de caixa	1.056.031	0,45	1.155.053	0,45
Contas a receber	26.163	0,01	68.603	0,03
Tributos a recuperar	3.625	0,00	31.716	0,01
Adiantamentos e antecipações	30.671	0,01	140.399	0,05
<u>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>1.116.490</u>	<u>0,47</u>	<u>1.395.770</u>	<u>0,55</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Realizável a longo prazo:				
Empréstimos a terceiros	-		900.164	0,35
Imobilizado	234.255.078	98,80	253.132.738	99,10
Direito de Uso	1.731.424	0,73	-	-
<u>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>235.986.502</u>	<u>99,53</u>	<u>254.032.902</u>	<u>99,45</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>237.102.992</u>		<u>255.428.672</u>	

Fonte: elaboração própria.

De acordo com a Tabela 4, percebe-se uma semelhança na análise vertical dos saldos apresentados em relação ao valor total do grupo no período analisado.

A participação mais relevante é do ativo não circulante, que representa 99,53% do valor total em 2022, ou R\$ 235.986.502,00 monetariamente. Nesse grupo, a conta mais representativa é a do “Imobilizado”, com um percentual de participação de 98,80% em relação ao ativo total. Em contrapartida, o ativo circulante – que corresponde às contas com maior nível de liquidez – possui somente 0,47% de participação no ativo total, perfazendo um valor de R\$ 1.116.490,00.

Tabela 5 - Análise Vertical do Passivo e Passivo a Descoberto – Santa Cruz

<u>PASSIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>A/V (%)</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>A/V (%)</u>
			(IPCA-IBGE)	
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	229.445	0,10	280.910	0,11
Obrigações tributárias	24.307.542	10,25	20.619.034	8,07
Obrigações sociais e trabalhistas	27.204.791	11,47	25.144.483	9,84
Acordos extrajudiciais a pagar	568.119	0,24	616.027	0,24
Adiantamentos de terceiros	2.283.593	0,96	2.437.872	0,95
Receitas a apropriar	1.567.361	0,66	1.953.319	0,76
Parcelamentos	-		193.372	0,08

Outras obrigações	60.000	0,03	3.641.879	1,43
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	56.220.851	23,71	54.886.896	21,49
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos a pagar	11.972.629	5,05	11.826.052	4,63
Multas a pagar Bacen	3.720.517	1,57	3.005.818	1,18
Parcelamentos	-		765.282	0,30
Contas a pagar	895.228	0,38	-	
Provisão para riscos judiciais	219.820.089	92,71	234.954.814	91,98
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	236.408.463	99,71	250.551.967	98,09
Ajuste de avaliação patrimonial	242.064.695	102,09	256.969.733	100,60
Déficits acumulados	(297.591.017)	(125,51)	(306.979.924)	(120,18)
PASSIVO A DESCOBERTO	(55.526.322)	(23,42)	(50.010.191)	(19,58)
TOTAL DO PASSIVO	237.102.992		255.428.672	

Fonte: elaboração própria.

Através da análise vertical do passivo e passivo a descoberto, conforme Tabela 5, constata-se que não houve alteração muito significativa em relação ao ano de 2021.

No que concerne ao passivo circulante, as rubricas mais representativas são “obrigações tributárias” e “obrigações sociais e trabalhistas” com 10,25% e 11,47%, respectivamente. Quanto ao passivo não circulante, a rubrica “provisão para riscos judiciais” representa 92,71% do total do passivo, perfazendo um valor de R\$ 219.820.089,00.

Tabela 6 - Análise Vertical da Demonstração do Resultado – Santa Cruz

	2022	A/V (%)	2021	A/V (%)
			(IPCA-IBGE)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.235.407		14.992.681	
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(20.367.387)	(166,46)	(24.351.218)	(162,42)
Despesas com pessoal	(8.344.037)	(68,20)	(11.591.676)	(77,32)
Despesas administrativas	(12.023.350)	(98,27)	(12.759.542)	(85,11)
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(8.131.980)	(66,46)	(9.358.537)	(62,42)
RESULTADO FINANCEIRO	(272.052)	(2,22)	(13.218)	(0,09)
Despesas financeiras	(431.565)	(3,53)	(148.474)	(0,99)
Receitas financeiras	159.513	1,30	135.256	0,90
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(8.404.032)	(68,69)	(9.371.755)	(62,51)

Fonte: elaboração própria.

A partir da análise vertical da Demonstração do Resultado, conforme Tabela 6, depreende-se que de maneira geral não houve muita variação significativa em relação ao período anterior.

A rubrica que mais variou no período foi a de “Despesas administrativas”, que deixou de representar 85,11% em 2021 do total da receita operacional líquida para representar 98,27% em 2022. A rubrica de “Despesas com pessoal”, por outro lado, apresentou uma queda em relação ao de 2021, passando a representar 68,20% da receita, totalizando um valor de R\$ 8.344.037,00.

4.1.3. INDICADORES DE LIQUIDEZ

A partir das informações extraídas do Balanço Patrimonial do Santa Cruz, foi realizado o cálculo dos indicadores de liquidez do clube dos exercícios de 2021 e 2022.

4.1.3.1 LIQUIDEZ IMEDIATA

Tabela 7 - Liquidez Imediata – Santa Cruz

<u>ANO</u>	<u>DISPONÍVEL</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	1.155.053	54.886.896	0,021	
2022	1.056.031	56.220.851	0,019	-10,74

Fonte: elaboração própria.

Conforme apontado anteriormente no referencial teórico, esse índice é normalmente baixo em razão da falta de interesse das organizações em manter valores em caixa. O seu comportamento é quanto maior, melhor será para a organização.

De acordo com a Tabela 7, o Santa Cruz apresentou números extremamente baixos no período analisado. Em 2021, por exemplo, o clube dispunha de apenas R\$ 0,021 de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, e a situação se agravou em 2022, com um decréscimo de 10,74% no índice de liquidez imediata, finalizando o ano com R\$ 0,019 para cada R\$ 1,00 de dívida a vencer no curto prazo.

4.1.3.2 LIQUIDEZ CORRENTE

Tabela 8 - Liquidez Corrente – Santa Cruz

<u>ANO</u>	<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>LIQUIDEZ CORRENTE</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	1.395.770	54.886.896	0,025	
2022	1.116.490	56.220.851	0,020	-21,91

Fonte: elaboração própria.

Da mesma forma que o índice anterior, quanto maior for o resultado da liquidez corrente, melhor será para o clube, pois demonstra a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo.

Através dos resultados obtidos de liquidez corrente do Santa Cruz, conforme demonstração na Tabela 8, observa-se que a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo está excessivamente baixa. Por exemplo, em 2021 o clube possuía apenas R\$ 0,025 de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de passivo circulante, com uma piora de 21,91% em 2022, concluindo o ano com R\$ 0,020 para cada R\$ 1,00 de dívidas vencíveis em até doze meses após a publicação do balanço.

4.1.3.3 LIQUIDEZ GERAL

Tabela 9 - Liquidez Geral – Santa Cruz

<u>ANO</u>	<u>ATIVO CIRCULANTE + RLP</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE + ELP</u>	<u>LIQUIDEZ GERAL</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	2.295.934	305.438.863	0,008	
2022	1.116.490	292.629.314	0,004	-49,24

Fonte: elaboração própria.

Conforme explicitado anteriormente no referencial teórico, esse indicador demonstra a capacidade de pagamento da organização de curto e longo prazo. O seu resultado é quanto maior, melhor para o clube.

Segundo a Tabela 9, o Santa Cruz apresentou indicadores de liquidez geral demasiadamente baixos no período analisado. Em 2021, o clube dispunha de apenas R\$ 0,008 de ativos circulantes e realizáveis a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto e longo prazo, sendo que em 2022 esse número caiu 49,24%, ficando com um valor de R\$ 0,004 para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazo.

4.1.4. INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL

Através das informações do BP do Santa Cruz, foram calculados os indicadores de endividamento do clube dos exercícios de 2021 e 2022.

4.1.4.1 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Tabela 10 - Composição do Endividamento – Santa Cruz

<u>ANO</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE + ELP</u>	<u>COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	54.886.896	305.438.863	17,97	
2022	56.220.851	292.629.314	19,21	6,91

Fonte: elaboração própria.

O comportamento desse índice é que quanto menor o percentual, melhor para o clube. Nesse sentido, em conformidade com a Tabela 10, o Santa Cruz apresentou um aumento de 6,91% em relação ao ano de 2021, o que é justificado pelo aumento das rubricas de “obrigações tributárias” e “obrigações sociais e trabalhistas”. Em 2021, o clube possuía um percentual de 17,97% de dívidas de curto prazo em relação às obrigações totais, enquanto em 2022 essa relação aumentou para 19,21%.

4.1.4.2 ENDIVIDAMENTO GERAL

Tabela 11 - Endividamento Geral – Santa Cruz

<u>ANO</u>	<u>PASSIVO TOTAL</u>	<u>ATIVO TOTAL</u>	<u>ENDIVIDAMENTO GERAL</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	305.438.863	255.428.672	119,58	
2022	292.629.314	237.102.992	123,42	3,21

Fonte: elaboração própria.

Da mesma maneira que o indicador anterior, quanto menor o percentual, melhor para o clube.

De acordo com a Tabela 11, o Santa Cruz excedeu 19,58% em 2021 o valor do passivo total em relação ao ativo total, evidenciando a situação de passivo a descoberto em que se encontra o clube. Em 2022, a situação se agravou com o aumento de 3,21% em relação ao ano anterior, finalizando com 23,42% de passivo a mais em comparação com o ativo total da agremiação esportiva. Em outras palavras,

todo o ativo está comprometido com as obrigações e ainda assim não é suficiente para arcar com todas as dívidas, ficando 23,42% “a descoberto”.

4.1.5. INDICADORES DE RENTABILIDADE

Através das informações extraídas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Santa Cruz, foi realizado o cálculo dos indicadores de rentabilidade do clube referentes aos exercícios de 2021 e 2022.

4.1.5.1 RENTABILIDADE DO ATIVO

Tabela 12 - Rentabilidade do Ativo – Santa Cruz

<u>ANO</u>	<u>LUCRO LÍQUIDO</u>	<u>ATIVO TOTAL</u>	<u>RENTABILIDADE DO ATIVO</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	-9.371.755	255.428.672	-3,67	
2022	-8.404.032	237.102.992	-3,54	-3,40

Fonte: elaboração própria.

Conforme mencionado anteriormente, esse índice representa o lucro que é gerado através dos ativos da entidade, portanto quanto maior, melhor para a organização.

De acordo com a Tabela 12, o Santa Cruz apresentou déficit do exercício em 2021 e 2022, demonstrando que os ativos proporcionaram taxas negativas de retorno de 3,67% e 3,54%, respectivamente.

4.1.5.2 GIRO DO ATIVO

Tabela 13 - Giro do Ativo – Santa Cruz

<u>ANO</u>	<u>RECEITA LÍQUIDA</u>	<u>ATIVO TOTAL</u>	<u>GIRO DO ATIVO</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	14.992.681	255.428.672	0,06	
2022	12.235.407	237.102.992	0,05	-12,08

Fonte: elaboração própria.

Conforme apresentado no referencial teórico, esse indicador demonstra o quanto a entidade gerou de receita líquida em relação ao seu ativo total, então quanto maior o resultado, melhor para o clube.

De acordo com a Tabela 13, o Santa Cruz apresentou um índice de 0,06 em 2021, significando que a cada R\$ 1,00 de ativo o clube gerou R\$ 0,06 de receita líquida. No entanto, houve uma redução de 12,08% em 2022, baixando essa relação para uma produção de R\$ 0,05 para cada R\$ 1,00 do ativo.

4.2. SPORT CLUB DO RECIFE

Fundado em 13 de maio de 1905 pelo engenheiro Guilherme de Aquino e mais sessenta e seis torcedores, o Sport Club do Recife é uma associação sem fins lucrativos, com sede no Recife, tendo o futebol como a sua principal atividade.

4.2.1 ANÁLISE HORIZONTAL

A partir das informações obtidas das demonstrações contábeis do Sport, foi realizada a análise horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado dos exercícios de 2021 e 2022.

Tabela 14 - Análise Horizontal do Ativo – Sport

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (IPCA-IBGE)	<u>VARIAÇÃO (R\$)</u>	<u>A/H (%)</u>
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalente de caixa	552.998	619.107	(66.109)	(10,68)
Créditos a receber	13.383.837	11.049.142	2.334.695	21,13
Estoques	1.955.578	1.688.712	266.866	15,80
Adiantamentos	628.418	570.963	57.455	10,06
Despesas antecipadas	-	355.404	(355.404)	(100,00)
<u>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>16.520.831</u>	<u>14.283.328</u>	<u>2.237.503</u>	<u>15,67</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Depositos judiciais	7.633.363	12.889.358	(5.255.995)	(40,78)
Créditos a receber	13.000	13.852	(852)	(6,15)
Despesas antecipadas	1.980.526	2.138.250	(157.724)	(7,38)
Imobilizado	245.647.832	134.089.283	111.558.549	83,20
Intangível	26.948.990	27.568.974	(619.984)	(2,25)
<u>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>282.223.711</u>	<u>176.699.717</u>	<u>105.523.994</u>	<u>59,72</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>298.744.542</u>	<u>190.983.045</u>	<u>107.761.497</u>	<u>56,42</u>

Fonte: elaboração própria.

Em conformidade com a Tabela 14, observa-se uma alternância entre variações positivas e negativas no ativo do Sport Club Recife. Em linhas gerais, o valor total do ativo foi acrescido em R\$ 107.761.497,00 ou 56,42%, o que significa mais da metade do valor em relação ao exercício de 2021.

No que diz respeito ao ativo circulante do clube, a rubrica que mais se alterou positivamente foi a de “Créditos a receber”, com uma variação absoluta de R\$ 2.334.695,00 ou 21,13%. Segundo a Nota Explicativa 5, ela é composta por créditos a receber na venda de atletas, venda de publicidade e aluguel, títulos patrimoniais e associações e outros valores a receber, além da conta retificadora de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Por outro lado, a rubrica de “Despesas antecipadas”, referente ao aluguel do centro de treinamento, pago integralmente por um período de 90 anos conforme a Nota Explicativa 8, apresentou a maior variação negativa, zerando o seu saldo em relação ao ano anterior. O grupo, como um todo, teve um acréscimo de 15,67%, principalmente devido ao crescimento da rubrica de “Créditos a receber”.

Em relação ao ativo não circulante, a alteração mais significativa foi a do Imobilizado, que aumentou em R\$ 111.558.549,00 ou 83,20% em comparação com o ano anterior. Conforme a Nota Explicativa 10, esse grupo abrange os terrenos, estádio, sede social, ginásio, parque aquático e outros bens, e essa variação expressiva decorre de um laudo de determinação de valor justo de mercado, elaborado pela empresa SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliação do Patrimônio e Engenharia Ltda.

Tabela 15 - Análise Horizontal do Passivo e Patrimônio Líquido – Sport

<u>PASSIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>VARIAÇÃO (R\$)</u>	<u>A/H (%)</u>
		(IPCA-IBGE)		
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	26.901.388	23.995.052	2.906.336	12,11
Empréstimos e financiamentos	515.120	548.897	(33.777)	(6,15)
Obrigações tributárias	126.895.513	105.442.327	21.453.186	20,35
Obrigações sociais e trabalhistas	37.552.211	40.518.413	(2.966.202)	(7,32)
Parcelamentos	742.263	7.195.282	(6.453.019)	(89,68)
Mútuo com partes relacionadas	3.587.256	1.213.074	2.374.182	195,72
Contratos celebrados	6.893.544	7.320.660	(427.116)	(5,83)
Receitas antecipadas	12.820.338	9.883.927	2.936.411	29,71
<u>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>215.907.633</u>	<u>196.117.633</u>	<u>19.790.000</u>	<u>10,09</u>

NÃO CIRCULANTE

Fornecedores	676.546	720.908	(44.362)	(6,15)
Mútuo com partes relacionadas	1.217.906	1.297.765	(79.859)	(6,15)
Parcelamentos	11.427.008	27.029.455	(15.602.447)	(57,72)
Provisão para contingências	42.076.982	49.199.493	(7.122.511)	(14,48)
Contratos celebrados	544.412	605.008	(60.596)	(10,02)
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	55.942.854	78.852.628	(22.909.774)	(29,05)
Patrimônio social	149.469.513	159.270.334	(9.800.821)	(6,15)
Ajuste de avaliação patrimonial	123.172.613	-	123.172.613	100,00
Déficit acumulado	(245.748.071)	(243.257.552)	2.490.519	1,02
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.894.055	(83.987.216)	110.881.271	132,02
TOTAL DO PASSIVO	298.744.542	190.983.045	107.761.497	56,42

Fonte: elaboração própria.

Segundo a Tabela 15, percebe-se um aumento expressivo na rubrica de “Obrigações tributárias” de 20,35% ou R\$ 21.453.186,00 quando comparado com o exercício de 2021. A Nota Explicativa 14 apresenta que esse aumento foi decorrente de parcelamentos cancelados da Timemania, que anteriormente estavam classificados como passivo não circulante, bem como um aumento considerável na conta de IRRF.

Nota-se, também, um aumento de 29,71% na rubrica de “Receitas antecipadas” pelo Sport, o que reafirma a prática do clube em recorrer a recursos de períodos futuros, conforme detalhamento da Nota Explicativa 19, em que houve um adiantamento da Federação Pernambucana de Futebol de R\$ 1.568.554,00, assim como de grupos empresariais como Ambev no valor de R\$ 1.466.667,00 e do NSX Group Ltda. no valor de R\$ 4.300.000,00. Essa antecipação de receita evidencia que a agremiação esportiva não tem conseguido cumprir com os seus compromissos atuais sem utilizar receitas de períodos posteriores.

No que concerne ao passivo não circulante, observa-se diminuição em todas as rubricas do grupo, especialmente na de “Parcelamentos”, com uma variação negativa de 57,72%. Em consonância com a Nota Explicativa 16, essa diminuição é justificada pela reclassificação da Timemania como passivo circulante, como foi dito anteriormente. Uma outra diminuição significativa foi de 14,48% na rubrica de “Provisão para contingências”, que abrange as provisões trabalhistas no montante de R\$ 21.588.570,00 e pelas cíveis no valor de R\$ 20.488.412,00, de acordo com o

detalhamento constante na Nota Explicativa 20. De modo geral, o grupo variou negativamente em 29,05%, passando de um saldo de R\$ 78.852.628 para um de R\$ 55.942.854,00.

Em conclusão, verifica-se um aumento expressivo de 132,02% no patrimônio do clube, superando o passivo a descoberto em que se encontrava e alcançando um patrimônio líquido de R\$ 26.894.055,00. Essa mudança é explicada fundamentalmente pela reavaliação do “Imobilizado” mencionado anteriormente.

Tabela 16 - Análise Horizontal da Demonstração do Resultado – Sport

	2022	2021	VARIAÇÃO (R\$)	A/H (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	75.042.941	89.158.963	(14.116.022)	(15,83)
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	<u>(86.726.067)</u>	<u>(119.524.138)</u>	<u>(32.798.071)</u>	<u>(27,44)</u>
Despesas com pessoal	(40.724.671)	(52.412.746)	(11.688.075)	(22,30)
Despesas com competição	(4.727.852)	(9.602.556)	(4.874.704)	(50,76)
Despesas com formação de atletas e direitos contratuais	(20.221.837)	(7.422.250)	12.799.587	172,45
Despesas administrativas	(7.202.022)	(11.153.424)	(3.951.402)	(35,43)
Despesas tributárias	(990.597)	(1.370.028)	(379.431)	(27,70)
Despesas com provisão para contingências	(5.745.675)	(31.605.945)	(25.860.270)	(81,82)
Despesas com depreciação e amortização	(7.113.413)	(5.957.190)	1.156.223	19,41
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(11.683.126)</u>	<u>(30.365.175)</u>	<u>(18.682.049)</u>	<u>(61,52)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(5.776.431)</u>	<u>(44.528.267)</u>	<u>(38.751.836)</u>	<u>(87,03)</u>
Despesas financeiras	(6.151.977)	(44.945.481)	(38.793.504)	(86,31)
Receitas financeiras	375.546	417.215	(41.669)	(9,99)
<u>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</u>	<u>(17.459.557)</u>	<u>(74.893.442)</u>	<u>(57.433.885)</u>	<u>(76,69)</u>

Fonte: elaboração própria.

Observa-se, a partir da Tabela 16, que aconteceu uma diminuição de 15,83% na receita operacional líquida do clube em comparação ao ano de 2021. Em conformidade com a Nota Explicativa 22, registram-se diminuições nas receitas de marketing e publicidade em mais de 50%, assim como nas receitas de bilheteria, afetando de maneira adversa as receitas obtidas pelo clube.

Nota-se, também, um aumento acentuado de R\$ 12.799,587,00 ou 172,45% nas despesas com formação de atletas e direitos contratuais em comparação com o ano anterior, segundo a Nota Explicativa 23. Em linhas gerais, quase todas as contas de resultado apresentaram redução no período, incluindo o déficit do exercício, que decaiu em 76,69%, finalizando o ano de 2022 com um valor de R\$ 17.459.557,00.

Vale pontuar que, se o clube conservasse esse patamar de receita e o destinasse de maneira integral ao pagamento do seu passivo, sem considerar os

efeitos da inflação, o Sport demoraria cerca de 3,5 anos para liquidar todo o seu passivo atual.

4.2.2 ANÁLISE VERTICAL

Com base nas informações extraídas das demonstrações contábeis do Sport, efetuou-se a análise vertical do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado referentes aos exercícios de 2021 e 2022.

Tabela 17 - Análise Vertical do Ativo – Sport

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>A/V (%)</u>	<u>31/12/2021</u> (IPCA-IBGE)	<u>A/V (%)</u>
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalente de caixa	552.998	0,19	619.107	0,32
Créditos a receber	13.383.837	4,48	11.049.142	5,79
Estoques	1.955.578	0,65	1.688.712	0,88
Adiantamentos	628.418	0,21	570.963	0,30
Despesas antecipadas	-	-	355.404	0,19
<u>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>16.520.831</u>	<u>5,53</u>	<u>14.283.328</u>	<u>7,48</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Depositivos judiciais	7.633.363	2,56	12.889.358	6,75
Créditos a receber	13.000	0,00	13.852	0,01
Despesas antecipadas	1.980.526	0,66	2.138.250	1,12
Imobilizado	245.647.832	82,23	134.089.283	70,21
Intangível	26.948.990	9,02	27.568.974	14,44
<u>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>282.223.711</u>	<u>94,47</u>	<u>176.699.717</u>	<u>92,52</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>298.744.542</u>		<u>190.983.045</u>	

Fonte: elaboração própria.

Segundo a Tabela 17, é perceptível uma linearidade na análise vertical dos saldos apresentados em comparação ao valor total do ativo no período analisado.

O ativo não circulante tem a maior participação, correspondendo a 94,47% do valor total em 2022, ou R\$ 282.223.711,00 em termos monetários. Nesse grupo, a conta com a maior participação é a do “Imobilizado”, com um percentual de 82,23% em relação ao total do ativo, em sequência o “Intangível” representa 9,02%. Por outro

lado, o ativo circulante, representado pelas contas de maior liquidez, corresponde a apenas 5,53% do total, perfazendo um valor de R\$ 16.520.831,00.

Tabela 18 - Análise Vertical do Passivo e Patrimônio Líquido – Sport

<u>PASSIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>A/V (%)</u>	<u>31/12/2021</u> (IPCA-IBGE)	<u>A/V (%)</u>
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	26.901.388	9,00	23.995.052	12,56
Empréstimos e financiamentos	515.120	0,17	548.897	0,29
Obrigações tributárias	126.895.513	42,48	105.442.327	55,21
Obrigações sociais e trabalhistas	37.552.211	12,57	40.518.413	21,22
Parcelamentos	742.263	0,25	7.195.282	3,77
Mútuo com partes relacionadas	3.587.256	1,20	1.213.074	0,64
Contratos celebrados	6.893.544	2,31	7.320.660	3,83
Receitas antecipadas	12.820.338	4,29	9.883.927	5,18
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	215.907.633	72,27	196.117.633	102,69
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	676.546	0,23	720.908	0,38
Mútuo com partes relacionadas	1.217.906	0,41	1.297.765	0,68
Parcelamentos	11.427.008	3,83	27.029.455	14,15
Provisão para contingências	42.076.982	14,08	49.199.493	25,76
Contratos celebrados	544.412	0,18	605.008	0,32
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	55.942.854	18,73	78.852.628	41,29
Patrimônio social	149.469.513	50,03	159.270.334	83,40
Ajuste de avaliação patrimonial	123.172.613	41,23	-	-
Déficit acumulado	(245.748.071)	(82,26)	(243.257.552)	(127,37)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.894.055	9,00	(83.987.216)	(43,98)
TOTAL DO PASSIVO	298.744.542		190.983.045	

Fonte: elaboração própria.

A partir da análise vertical do passivo e patrimônio líquido, conforme Tabela 18, observa-se que não ocorreram muitas alterações significativas quando comparado com o ano de 2021.

Acerca do passivo circulante, as rubricas com as maiores representações são “obrigações tributárias” e “obrigações sociais e trabalhistas” com 42,48% e 12,57%, respectivamente. Em relação ao passivo não circulante, a rubrica “Provisão para contingências” representa 14,08% do valor, perfazendo um valor de R\$

42.076.982,00. Quanto ao patrimônio líquido, o patrimônio social passou a corresponder 50,03% em 2022, enquanto em 2021 ele representava 83,40% do total, assim como o ajuste de avaliação patrimonial passou a representar 41,23 em 2022.

Tabela 19 - Análise Vertical da Demonstração do Resultado – Sport

	2022	A/V (%)	2021	A/V (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	75.042.941		89.158.963	
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	<u>(86.726.067)</u>	<u>(115,57)</u>	<u>(119.524.138)</u>	<u>(134,06)</u>
Despesas com pessoal	(40.724.671)	(54,27)	(52.412.746)	(58,79)
Despesas com competição	(4.727.852)	(6,30)	(9.602.556)	(10,77)
Despesas com formação de atletas e direitos contratuais	(20.221.837)	(26,95)	(7.422.250)	(8,32)
Despesas administrativas	(7.202.022)	(9,60)	(11.153.424)	(12,51)
Despesas tributárias	(990.597)	(1,32)	(1.370.028)	(1,54)
Despesas com provisão para contingências	(5.745.675)	(7,66)	(31.605.945)	(35,45)
Despesas com depreciação e amortização	(7.113.413)	(9,48)	(5.957.190)	(6,68)
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(11.683.126)</u>	<u>(15,57)</u>	<u>(30.365.175)</u>	<u>(34,06)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(5.776.431)</u>	<u>(7,70)</u>	<u>(44.528.267)</u>	<u>(49,94)</u>
Despesas financeiras	(6.151.977)	(8,20)	(44.945.481)	(50,41)
Receitas financeiras	375.546	0,50	417.215	0,47
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u>(17.459.557)</u>	<u>(23,27)</u>	<u>(74.893.442)</u>	<u>(84,00)</u>

Fonte: elaboração própria.

Por meio da análise vertical da Demonstração do Resultado, conforme Tabela 19, depreende-se que ocorreram algumas variações significativas em relação ao exercício de 2021.

A rubrica de “Despesas com provisão para contingências”, por exemplo, deixou de representar 35,45% em 2021 do total da receita operacional líquida para representar 7,66% no ano de 2022. Uma outra que caiu significativamente foi a de “Despesas financeiras”, que saiu de R\$ 44.945.481,00 em 2021 para R\$ 6.151.977,00 em 2022. Em consonância com a Nota Explicativa 29, foram os “Juros passivos” que influenciaram nessa alteração, com uma diminuição muito alta no período analisado. Por fim, o déficit do exercício regrediu quando comparado com o ano anterior, perfazendo um valor de R\$ 17.459.557,00.

4.2.3 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Com base nas informações extraídas do Balanço Patrimonial do Sport, procedeu-se ao cálculo dos indicadores de liquidez do clube concernentes aos exercícios de 2021 e 2022.

4.2.3.1 LIQUIDEZ IMEDIATA

Tabela 20 - Liquidez Imediata – Sport

<u>ANO</u>	<u>DISPONÍVEL</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	619.107	196.117.633	0,003	
2022	552.998	215.907.633	0,003	-18,87

Fonte: elaboração própria.

Como já foi mencionado anteriormente, esse indicador costuma ser baixo devido à falta de interesse das organizações em manter valores em caixa. Quanto maior o índice, melhor para a entidade.

Segundo a Tabela 20, o Sport apresentou números extremamente insatisfatórios no período de 2021 e 2022, muito em função do volume expressivo de passivo de curto prazo, isto é, vencíveis em até doze meses após a publicação do BP. No ano de 2021, a agremiação esportiva possuía apenas R\$ 0,003 de recursos disponíveis para cada R\$ 1,00 de obrigação de curto prazo.

4.2.3.2 LIQUIDEZ CORRENTE

Tabela 21 - Liquidez Corrente – Sport

<u>ANO</u>	<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>LIQUIDEZ CORRENTE</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	14.283.328	196.117.633	0,073	
2022	16.520.831	215.907.633	0,077	5,06

Fonte: elaboração própria.

Assim como o indicador anterior, quanto maior for o valor da liquidez corrente, melhor será para o clube, pois indica a capacidade de quitação das obrigações de curto prazo.

Conforme resultados obtidos de liquidez corrente do Sport, por meio da Tabela 21, nota-se que a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo é muito baixa. Em 2021, o clube dispunha de apenas R\$ 0,073 de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívidas vencíveis em até doze meses após a publicação do BP, havendo uma leve melhora de 5,06% em 2022, passando a ter R\$ 0,073 para cada R\$ 1,00 de passivo circulante.

4.2.3.3 LIQUIDEZ GERAL

Tabela 22 - Liquidez Geral – Sport

<u>ANO</u>	<u>ATIVO CIRCULANTE + RLP</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE + ELP</u>	<u>LIQUIDEZ GERAL</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	29.324.789	274.970.261	0,107	
2022	26.147.720	271.850.487	0,096	-9,81

Fonte: elaboração própria.

Como foi explicado no referencial teórico, esse índice revela a capacidade de pagamento da entidade a curto e longo prazo. O seu funcionamento é quanto maior for o resultado, melhor para o clube.

De acordo com a Tabela 22, o Sport apresentou baixos indicadores de liquidez geral nos exercícios de 2021 e 2022. Em 2021, por exemplo, o clube possuía apenas R\$ 0,107 de ativos circulantes e realizáveis a longo prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazo, e em 2022 a situação piorou com uma queda de 9,81% no indicador, terminando o exercício com R\$ 0,096 para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto e longo prazo.

4.2.4 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL

Os indicadores de endividamento do Sport dos anos de 2021 e 2022 foram obtidos a partir das informações do Balanço Patrimonial da agremiação esportiva.

4.2.4.1 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Tabela 23 - Composição do Endividamento – Sport

<u>ANO</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE + ELP</u>	<u>COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	196.117.633	274.970.261	71,32	
2022	215.907.633	271.850.487	79,42	11,35

Fonte: elaboração própria.

Esse índice apresenta a seguinte característica: quanto menor for o seu valor percentual, mais favorável será para o clube, uma vez que não irá forçar muito o desembolso de recursos no curto prazo para quitação de dívidas.

Comparando-se o ano de 2021 com o de 2022, nota-se um acréscimo de 11,35%, deteriorando ainda mais a situação do Sport, pois os indicadores são extremamente elevados e o clube não dispõe de recursos de curto prazo para sanar as obrigações vencíveis em até doze meses após a publicação do BP. De acordo com a Tabela 23, a agremiação possuía 71,32% de dívidas de curto prazo em relação ao passivo total em 2021, mas em 2022 esse percentual aumentou para 79,42%, muito em razão do acréscimo da rubrica de “Obrigações tributárias” no ano de 2022.

4.2.4.2 ENDIVIDAMENTO GERAL

Tabela 24 - Endividamento Geral – Sport

<u>ANO</u>	<u>PASSIVO TOTAL</u>	<u>ATIVO TOTAL</u>	<u>ENDIVIDAMENTO GERAL</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	274.970.261	190.983.045	143,98	
2022	271.850.487	298.744.542	91,00	-36,80

Fonte: elaboração própria.

Assim como o indicador anterior, esse funciona da seguinte forma: quanto menor for o seu valor, mais benéfico será para o clube.

Em conformidade com a Tabela 24, o Sport excedeu 43,98% em 2021 o valor do passivo total em relação à soma de todos os seus ativos, demonstrando a situação de passivo a descoberto em que se encontrava o clube. Não obstante, em 2022 o clube conseguiu reverter a situação com o decréscimo de 36,80% no indicador, concluindo o ano com 91% de passivo total quando comparado com o seu ativo total, deixando de ter todo o seu ativo comprometido com as dívidas da agremiação.

4.2.5 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Por meio das informações obtidas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Sport, realizou-se o cálculo dos indicadores de rentabilidade do clube referentes aos exercícios de 2021 e 2022.

4.2.5.1 RENTABILIDADE DO ATIVO

Tabela 25 - Rentabilidade do Ativo – Sport

<u>ANO</u>	<u>LUCRO LÍQUIDO</u>	<u>ATIVO TOTAL</u>	<u>RENTABILIDADE DO ATIVO</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	-74.893.442	190.983.045	-39,21	
2022	-17.459.557	298.744.542	-5,84	-85,10

Fonte: elaboração própria.

Como foi exposto no referencial teórico anteriormente, esse indicador expressa o lucro que é gerado a partir dos ativos da entidade, logo quanto maior, mais vantajoso para a organização.

Em consonância com a Tabela 25, o Sport apresentou déficit do exercício nos dois anos, com uma melhora de 85,10% no índice em relação ao ano de 2021, mas ainda assim o clube não deixou de proporcionar taxa negativa de retorno, finalizando o exercício com uma taxa de 5,84%.

4.2.5.2 GIRO DO ATIVO

Tabela 26 - Giro do Ativo – Sport

<u>ANO</u>	<u>RECEITA LÍQUIDA</u>	<u>ATIVO TOTAL</u>	<u>GIRO DO ATIVO</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	89.158.963	190.983.045	0,47	
2022	75.042.941	298.744.542	0,25	-46,19

Fonte: elaboração própria.

Consoante exposto anteriormente, esse índice evidencia o quanto a organização produziu de receita líquido quando comparando com o seu ativo total, portanto quanto maior o resultado, mais proveitoso para o clube.

Segundo a Tabela 26, o Sport apresentou em 2021 um índice de 0,47, indicando que a cada R\$ 1,00 de ativo o clube gerou R\$ 0,47 de receita líquida.

Todavia, em 2022 essa situação piorou com o decréscimo de 46,19% nesse indicando, finalizando o ano com um índice de R\$ 0,25 para cada R\$ 1,00 de ativo.

4.3. CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE

O Clube Náutico Capibaribe é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 7 de abril de 1901, com sede no Recife, sendo o futebol a sua principal prática esportiva.

4.3.1 ANÁLISE HORIZONTAL

Efetuuou-se a análise horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultados dos exercícios de 2021 e 2022 do Náutico, a partir das informações extraídas das demonstrações contábeis do clube.

Tabela 27 - Análise Horizontal do Ativo – Náutico

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (IPCA-IBGE)	<u>VARIAÇÃO (R\$)</u>	<u>A/H (%)</u>
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalente de caixa	547	83.838	(83.291)	(99,35)
Contas a receber	474.282	1.033.546	(559.264)	(54,11)
Adiantamentos	317	1.598	(1.281)	(80,17)
Outros créditos	57.880	47.484	10.396	21,89
<u>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>533.026</u>	<u>1.166.466</u>	<u>(633.440)</u>	<u>(54,30)</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Realizável a longo prazo:				
Bloqueios judiciais	411.963	12.787	399.176	3.121,77
Imobilizado	147.828.400	388.212.583	(240.384.183)	(61,92)
<u>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>148.240.363</u>	<u>388.225.370</u>	<u>(239.985.007)</u>	<u>(61,82)</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>148.773.389</u>	<u>389.391.837</u>	<u>(240.618.448)</u>	<u>(61,79)</u>

Fonte: elaboração própria.

De acordo com a Tabela 27, observam-se diminuições em quase todas as contas do ativo do Clube Náutico Capibaribe no período analisado. De modo geral, o

ativo sofreu um decréscimo de R\$ 240.618.448,00 em relação ao exercício de 2021, representando mais da metade do valor.

Quanto ao ativo circulante da agremiação esportiva, a rubrica que mais sofreu variação foi a de “Caixa e equivalente de caixa”, com um decréscimo de 99,35% ou R\$ 83.291 em valores absolutos. Em conformidade com a Nota Explicativa 4, ela abrange o saldo do dinheiro em caixa e os depósitos bancários. Nota-se, assim, que essa redução provoca um agravamento ainda maior na capacidade de quitação a curto prazo do clube.

Em relação ao ativo não circulante, a rubrica que mais se alterou foi a do “Imobilizado”, com uma diminuição de R\$ 240.384.183,00 em valores absolutos ou 61,82% em termos percentuais. De acordo com a Nota Explicativa 5, essa variação enorme é justificada pelo fato de que o clube, através de laudo da empresa Valor Engenharia de Avaliação e Perícia Ltda, fez uma revisão dos critérios de avaliação e determinação de vida útil de todos os seus bens.

Tabela 28 - Análise Horizontal do Passivo e Passivo a Descoberto – Náutico

<u>PASSIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (IPCA-IBGE)	<u>VARIAÇÃO (R\$)</u>	<u>A/H (%)</u>
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	2.507.614	1.814.307	693.307	38,21
Obrigações fiscais e tributárias	7.051.681	5.932.354	1.119.327	18,87
Obrigações sociais e trabalhistas	10.424.615	7.520.233	2.904.382	38,62
Empréstimos de terceiros	1.000.000	1.852.675	(852.675)	(46,02)
<u>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>20.983.910</u>	<u>17.119.569</u>	<u>3.864.341</u>	<u>22,57</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Provisão para riscos judiciais	231.247.540	248.704.826	(17.457.286)	(7,02)
<u>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>231.247.540</u>	<u>248.704.826</u>	<u>(17.457.286)</u>	<u>(7,02)</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	140.082.639	379.973.382	(239.890.743)	(63,13)
Déficits acumulados	(243.540.700)	(256.405.940)	(12.865.240)	(5,02)
<u>PASSIVO A DESCOBERTO</u>	<u>(103.458.061)</u>	<u>123.567.442</u>	<u>227.025.503</u>	<u>(183,73)</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	<u>148.773.389</u>	<u>389.391.837</u>	<u>(240.618.448)</u>	<u>(61,79)</u>

Fonte: elaboração própria.

De acordo com a Tabela 28, observa-se um aumento no grupo do passivo circulante em 22,57% no período analisado, justificado pelo aumento das rubricas de

“Obrigações sociais e trabalhistas” e “Obrigações fiscais e tributárias” em 38,62% e 18,87%, respectivamente. Em consonância com a Nota Explicativa 8, esse aumento se deu em função de a conta “Salários a pagar” ter dobrado de valor em relação ao ano de 2021.

No que concerne ao passivo não circulante, é possível observar diminuição na única conta do grupo em 7,02% quando comparado com o ano de 2021. Conforme a Nota Explicativa 10, o clube provisionou todos os processos judiciais em que é réu em atendimento ao previsto na NBC TG 25. Os assessores do clube estimaram o valor de R\$ 184.652.064,00 e uma consultoria externa apurou o valor de R\$ 231.247.540,00, portando a agremiação esportiva contabilizou o maior montante, adotando uma postura de mais prudência.

Por fim, nota-se uma diminuição expressiva de 183,73% no patrimônio do clube, transitando de uma situação de patrimônio líquido de R\$ 123.567.442,00 no ano de 2021 para um passivo a descoberto de R\$ 103.458.061,00 em 2022. Essa alteração é explicada essencialmente pela reavaliação do “Imobilizado” mencionada anteriormente.

Tabela 29 - Análise Horizontal da Demonstração do Resultado – Náutico

	2022	2021	VARIAÇÃO	A/H (%)
		(IPCA-IBGE)	(R\$)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27.039.286	21.411.460	5.627.826	26,28
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(29.900.564)	(26.557.644)	3.342.920	12,59
Despesas com pessoal	(18.067.410)	(18.150.782)	(83.372)	(0,46)
Despesas gerais e administrativas	(11.833.154)	(8.406.862)	3.426.292	40,76
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(2.861.278)	(5.146.183)	(2.284.905)	(44,40)
RESULTADO FINANCEIRO	(51.616)	(24.808)	258.834	1.043,37
Despesas financeiras	(51.616)	(25.753)	25.863	100,43
Receitas financeiras	-	945	(945)	(100,00)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(2.912.894)	(5.170.991)	(2.258.097)	(43,67)

Fonte: elaboração própria.

Nota-se, a partir da Tabela 29, um crescimento de 26,28% na receita operacional líquida do clube em comparação ao ano de 2021. De acordo com a Nota Explicativa 12, o incremento da receita proveniente da Série B em quase 50% foi

determinante nesse aumento, assim como a receita do Programa Todos com a Nota que não registrou valores no exercício anterior.

Observa-se, também, um aumento expressivo de 40,76% nas despesas gerais e administrativas quando comparado com o ano anterior. De acordo com a Nota Explicativa 13, esse acréscimo é explicado aumento nas despesas de serviços prestados por pessoa jurídica em mais de 50%, bem como pela triplicação dos valores referentes às despesas judiciais.

É importante pontuar que, se o clube mantivesse esse nível de receita e o destinasse integralmente para quitação do seu passivo, desconsiderando os efeitos inflacionários, o Náutico demoraria cerca de 9,5 anos para pagar todo o seu passivo atual.

4.3.2 ANÁLISE VERTICAL

Realizou-se a análise vertical do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Náutico, com base nas informações extraídas das demonstrações financeiras dos exercícios de 2021 e 2022.

Tabela 30 - Análise Vertical do Ativo – Náutico

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>A/V (%)</u>	<u>31/12/2021</u> (IPCA-IBGE)	<u>A/V (%)</u>
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalente de caixa	547	0,00	83.838	0,02
Contas a receber	474.282	0,32	1.033.546	0,27
Adiantamentos	317	0,00	1.598	0,00
Outros créditos	57.880	0,04	47.484	0,01
<u>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>533.026</u>	<u>0,36</u>	<u>1.166.466</u>	<u>0,30</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Realizável a longo prazo:				
Bloqueios judiciais	411.963	0,28	12.787	0,00
Imobilizado	147.828.400	99,36	388.212.583	99,70
<u>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>148.240.363</u>	<u>99,64</u>	<u>388.225.370</u>	<u>99,70</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>148.773.389</u>		<u>389.391.837</u>	

Fonte: elaboração própria.

De acordo com a Tabela 30, observa-se uma similaridade na análise vertical dos saldos apresentados em comparação ao valor total do ativo no período examinado.

O ativo não circulante possui a maior participação, com um percentual de 99,64% do valor total do ativo em 2022. Dentre as contas, a com maior participação foi a do “Imobilizado”, com um percentual de 99,36% quando comparado com o total, enquanto os bloqueios judiciais representaram apenas 0,28%. Em contrapartida, o ativo circulante, composto pelas contas de maior liquidez, representou apenas 0,36%, perfazendo um valor de R\$ 533.026,00.

Tabela 31 - Análise Vertical do Passivo e Passivo a Descoberto – Náutico

<u>PASSIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>A/V (%)</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>A/V (%)</u>
			(IPCA-IBGE)	
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	2.507.614	1,69	1.814.307	0,47
Obrigações fiscais e tributárias	7.051.681	4,74	5.932.354	1,52
Obrigações sociais e trabalhistas	10.424.615	7,01	7.520.233	1,93
Empréstimos de terceiros	1.000.000	0,67	1.852.675	0,48
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	20.983.910	14,10	17.119.569	4,40
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Provisão para riscos judiciais	231.247.540	155,44	248.704.826	63,87
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	231.247.540	155,44	248.704.826	63,87
Ajuste de avaliação patrimonial	140.082.639	94,16	379.973.382	97,58
Déficits acumulados	(243.540.700)	(163,70)	(256.405.940)	(65,85)
PASSIVO A DESCOBERTO	(103.458.061)	(69,54)	123.567.442	31,73
TOTAL DO PASSIVO	148.773.389		389.391.837	

Fonte: elaboração própria.

Diferentemente da análise do ativo, a análise vertical do passivo e passivo a descoberto, conforme Tabela 31, demonstrou mudanças significativas em relação ao ano de 2021.

No que concerne ao passivo circulante, as rubricas mais representativas são as de “Obrigações fiscais e tributárias” e “Obrigações sociais e trabalhistas” com 4,74% e 7,01%, respectivamente. Acerca do passivo não circulante, a rubrica de

“Provisões para riscos judiciais” deixou de representar 63,87% do valor total para representar 155,44% no ano de 2022. Por fim, o passivo a descoberto passou a representar 69,54% do valor total, enquanto em 2021 o patrimônio líquido representava 31,73%.

Tabela 32 - Análise Vertical da Demonstração do Resultado – Náutico

	2022	A/V (%)	2021	A/V (%)
			(IPCA-IBGE)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27.039.286		21.411.460	
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(29.900.564)	(110,58)	(26.557.644)	(124,03)
Despesas com pessoal	(18.067.410)	(66,82)	(18.150.782)	(84,77)
Despesas gerais e administrativas	(11.833.154)	(43,76)	(8.406.862)	(39,26)
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(2.861.278)	(10,58)	(5.146.183)	(24,03)
RESULTADO FINANCEIRO	(51.616)	(0,19)	(24.808)	(0,12)
Despesas financeiras	(51.616)	(0,19)	(25.753)	(0,12)
Receitas financeiras		-	945	0,00
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(2.912.894)	(10,77)	(5.170.991)	(24,15)

Fonte: elaboração própria.

A partir da análise vertical da Demonstração do Resultado, observam-se algumas variações relevantes em relação ao exercício anterior.

A rubrica de “Despesas com pessoal”, por exemplo, representava 84,77% da receita operacional líquida em 2021 e passou a representar 66,82% em 2022, muito em razão do aumento do nível de receita do clube. Em contrapartidas, as “Despesas gerais e administrativas” passaram a representar 43,76%, enquanto em 2021 representavam 39,26%. Em conclusão, o déficit do exercício diminuiu em relação ao ano de 2021, apresentando um percentual de 10,77% no ano de 2022.

4.3.3 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Com base nas informações contidas no Balanço Patrimonial do Náutico, realizou-se o cálculo dos indicadores de liquidez do clube dos exercícios de 2021 e 2022.

4.3.3.1 LIQUIDEZ IMEDIATA

Tabela 33 - Liquidez Imediata – Náutico

<u>ANO</u>	<u>DISPONÍVEL</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	83.838	17.119.569	0,005	
2022	547	20.983.910	0,000	-99,47

Fonte: elaboração própria.

Conforme dito anteriormente, esse índice tende a ser mais baixo devido à relutância das entidades em manter recursos em caixa. Vale ressaltar que quanto maior o índice, mais favorável é a para a organização.

De acordo com a Tabela 33, o Náutico apresentou resultados demasiadamente baixos no período analisado, que é justificado pela baixa quantidade de recursos disponíveis pelo clube. Em 2021, a agremiação esportiva possuía apenas R\$ 0,005 de recursos disponíveis para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo, enquanto em 2022 esse índice praticamente zerou pela insuficiência de recursos em caixa.

4.3.3.2 LIQUIDEZ CORRENTE

Tabela 34 - Liquidez Corrente – Náutico

<u>ANO</u>	<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>LIQUIDEZ CORRENTE</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	1.166.466	17.119.569	0,068	
2022	533.026	20.983.910	0,025	-62,72

Fonte: elaboração própria.

Da mesma forma que o índice anterior, quanto maior for o valor da liquidez corrente, melhor será para o clube, pois indica a capacidade de quitação das dívidas de curto prazo.

Em conformidade com os resultados de liquidez corrente do Náutico, através da Tabela 34, observa-se que a capacidade quitação das dívidas de curto prazo é extremamente insatisfatória. No exercício de 2021, por exemplo, o clube possuía apenas R\$ 0,068 de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de obrigação do passivo circulante, enquanto em 2022 a situação se agravou ainda mais e a agremiação esportiva dispunha de apenas R\$ 0,025 para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.

4.3.3.3 LIQUIDEZ GERAL

Tabela 35 - Liquidez Geral – Náutico

<u>ANO</u>	<u>ATIVO CIRCULANTE + RLP</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE + ELP</u>	<u>LIQUIDEZ GERAL</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	1.179.253	265.824.394	0,004	
2022	944.989	252.231.450	0,004	-15,55

Fonte: elaboração própria.

Conforme mencionado no referencial teórico, esse indicador reflete a capacidade de pagamento da entidade tanto a curto quanto a longo prazo. Quanto maior o resultado, mais favorável é a situação da organização avaliada.

Segundo a Tabela 35, o Náutico apresentou números de liquidez geral extremamente insatisfatórios no período analisado. No ano de 2022, o clube dispunha de apenas R\$ 0,004 de ativos circulantes e realizáveis a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto e longo prazo.

4.3.4 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL

Os indicadores de endividamento do Náutico nos anos de 2021 e 2022 foram obtidos com base nos dados do Balanço Patrimonial do clube.

4.3.4.1 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Tabela 36 - Composição do Endividamento – Náutico

<u>ANO</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE + ELP</u>	<u>COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	17.119.569	265.824.394	6,44	
2022	20.983.910	252.231.450	8,32	29,18

Fonte: elaboração própria.

Esse indicador funciona da seguinte forma: quanto menor o seu valor, mais vantajoso é para o clube, haja vista que não irá exigir uma grande quantidade de desembolso de recursos no curto prazo para quitação de dívidas.

Dessa forma, em consonância com a Tabela 36, o Náutico apresentou um aumento de 29,18% quando comparado com o ano o exercício anterior. No exercício de 2021, o clube possuía um percentual de 6,44% de dívidas de curto prazo em relação às obrigações totais, enquanto em 2022 essa relação aumentou para 8,32%.

4.3.4.2 ENDIVIDAMENTO GERAL

Tabela 37 - Endividamento Geral – Náutico

<u>ANO</u>	<u>PASSIVO TOTAL</u>	<u>ATIVO TOTAL</u>	<u>ENDIVIDAMENTO GERAL</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	265.824.394	389.391.837	68,27	
2022	252.231.450	148.773.389	169,54	148,35

Fonte: elaboração própria.

Assim como no indicador anterior, quanto menor o percentual, mais benéfico é para o clube.

Segundo a Tabela 37, o Náutico possuía um índice de endividamento geral de 68,27% em 2021, isto é, todos os seus passivos estavam acobertados pelos seus ativos. Todavia, em 2022, a situação mudou completamente, com uma variação de 148,35% no indicador, transitando de um patrimônio líquido para um passivo a descoberto. O clube, portanto, passou a apresentar um índice de 169,54%, o que demonstra a situação de passivo a descoberto do clube, em que todo o ativo está comprometido com as dívidas e ainda não é o bastante para cobrir todo o passivo, restando um percentual de 69,54% “a descoberto”.

4.3.5 INDICADORES DE RENTABILIDADE

A partir dos dados extraídos do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Náutico, calculou-se os indicadores de rentabilidade do clube relativos aos exercícios de 2021 e 2022.

4.3.5.1 RENTABILIDADE DO ATIVO

Tabela 38 - Rentabilidade do Ativo – Náutico

<u>ANO</u>	<u>LUCRO LÍQUIDO</u>	<u>ATIVO TOTAL</u>	<u>RENTABILIDADE DO ATIVO</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	-5.170.991	389.391.837	-1,33	
2022	-2.912.894	148.773.389	-1,96	47,44

Fonte: elaboração própria.

Como já mencionado no referencial teórico, esse indicador reflete o lucro que é gerado pelos ativos da entidade, portanto, quanto maior, melhor para a organização.

Em conformidade com a Tabela 38, o Náutico apresentou déficit do exercício nos dois anos analisados, indicando que os ativos geraram taxas de retorno negativas de 1,33% e 1,96%, respectivamente.

4.3.5.2 GIRO DO ATIVO

Tabela 39 - Giro do Ativo – Náutico

<u>ANO</u>	<u>RECEITA LÍQUIDA</u>	<u>ATIVO TOTAL</u>	<u>GIRO DO ATIVO</u>	<u>A/H (%)</u>
2021	21.411.460	389.391.837	0,05	
2022	27.039.286	148.773.389	0,18	230,53

Fonte: elaboração própria.

De acordo com o referencial teórico, esse indicador reflete a proporção da receita líquida que é gerada em relação ao seu ativo total. Quanto maior o resultado, mais favorável para o clube.

Em conformidade com a Tabela 39, o Náutico possuía um índice de 0,05 em 2021, significando que a cada R\$ 1,00 de ativo o clube gerou R\$ 0,05 de receita líquida. Já em 2022, essa proporção aumentou, passando o clube a gerar R\$ 0,18 para cada R\$ 1,00 de bens e direitos.

4.4. COMPARATIVO DOS INDICADORES

Nesta seção, será apresentado o comparativo dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do Santa Cruz, Sport e Náutico.

4.4.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ

4.4.1.1 LIQUIDEZ IMEDIATA

Tabela 40 - Liquidez Imediata

<u>CLUBES</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Santa Cruz Futebol Clube	0,021	0,019
Sport Club do Recife	0,003	0,003
Clube Náutico Capibaribe	0,005	0,000

Fonte: elaboração própria.

A partir da Tabela 40, é perceptível que os clubes não possuem valores em caixa e equivalentes de caixa para cumprir com as dívidas de curto prazo.

No período analisado, o clube que apresentou o maior indicador de liquidez imediata foi o Santa Cruz nos dois anos, com valores de R\$ 0,021 e R\$ 0,019 para cada R\$ 1,00 de passivo circulante, mas ainda assim os valores são extremamente baixos. O Sport e o Náutico apresentaram índices ainda piores, com o segundo clube sendo praticamente incapaz de arcar com qualquer dívida de curto prazo no ano de 2022.

4.4.1.2 LIQUIDEZ CORRENTE

Tabela 41 - Liquidez Corrente

<u>CLUBES</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Santa Cruz Futebol Clube	0,025	0,020
Sport Club do Recife	0,073	0,077
Clube Náutico Capibaribe	0,068	0,025

Fonte: elaboração própria.

Observa-se, através da Tabela 41, que o Trio de Ferro de Pernambuco não possui ativos de curto prazo para arcar com as suas obrigações de curto prazo em sua totalidade.

Em relação ao período de 2021 e 2022, o Sport foi quem registrou o maior índice de liquidez corrente nos dois anos, com valores de R\$ 0,073 e R\$ 0,077 para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo. No entanto, é importante frisar que esses valores não são necessariamente altos. Na outra ponta, o Santa Cruz foi quem apresentou os piores índices, com R\$ 0,025 em 2021 e R\$ 0,020 em 2022 para cada R\$ 1,00 de obrigação vencível em até doze meses após a publicação do BP.

4.4.1.3 LIQUIDEZ GERAL

Tabela 42 - Liquidez Geral

<u>CLUBES</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Santa Cruz Futebol Clube	0,008	0,004
Sport Club do Recife	0,107	0,096
Clube Náutico Capibaribe	0,004	0,004

Fonte: elaboração própria.

Nota-se, por meio da Tabela 42, que as três principais agremiações esportivas de Pernambuco não possuem liquidez suficiente para liquidar todas as suas dívidas.

Nos anos de 2021 e 2022, foi o Sport quem apresentou o maior índice de liquidez geral, com valores de R\$ 0,107 e R\$ 0,096 de ativo circulante e realizável a longo prazo para as dívidas de curto e longo prazo. Por outro lado, o Náutico apresentou os piores índices nos dois exercícios, com um valor baixíssimo de R\$ 0,004 para cada R\$ 1,00 de dívida total.

4.4.2 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL

4.4.2.1 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Tabela 43 - Composição do Endividamento

<u>CLUBES</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Santa Cruz Futebol Clube	17,97	19,21
Sport Club do Recife	71,32	79,42
Clube Náutico Capibaribe	6,44	8,32

Fonte: elaboração própria.

Percebe-se, a partir da Tabela 43, uma diferença considerável nos índices de composição de endividamento dos três clubes da capital de Pernambuco.

Nos exercícios de 2021 e 2022, o Náutico apresentou o menor índice de composição do endividamento, com percentuais de 6,44% e 8,32% de dívidas de curto prazo em relação ao seu passivo total, não sendo necessário, portanto, de um volume alto de desembolso no curto prazo. Em contrapartida, o Sport registrou o maior índice de composição do endividamento, com 71,32% e 79,42% de suas dívidas totais

vencendo em até doze meses após a divulgação do Balanço Patrimonial, que é algo extremamente ruim para o clube.

4.4.2.2 ENDIVIDAMENTO GERAL

Tabela 44 - Endividamento Geral

<u>CLUBES</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Santa Cruz Futebol Clube	119,58	123,42
Sport Club do Recife	143,98	91,00
Clube Náutico Capibaribe	68,27	169,54

Fonte: elaboração própria.

Observa-se, através da Tabela 44, que de modo geral as três agremiações esportivas possuem índices de endividamento geral extremamente elevados.

No exercício de 2022, por exemplo, o Sport foi o clube que registrou o menor índice de endividamento, com um percentual de 91% de dívidas em relação ao seu ativo total. Em contrapartida, o Santa Cruz e o Náutico apresentaram índices de endividamento maiores que a soma dos seus ativos, com o clube da Rosa e Silva registrando um excedente de 69,54% de passivo em relação à soma de seus bens e direitos.

4.4.3 INDICADORES DE RENTABILIDADE

4.4.3.1 RENTABILIDADE DO ATIVO

Tabela 45 - Rentabilidade do Ativo

<u>CLUBES</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Santa Cruz Futebol Clube	-3,67	-3,54
Sport Club do Recife	-39,21	-5,84
Clube Náutico Capibaribe	-1,33	-1,96

Fonte: elaboração própria.

Percebe-se, a partir da Tabela 45, que o Trio de Ferro de Pernambuco apresentou taxas negativas de retorno do ativo em função de terem apresentado déficit do exercício na Demonstração do Resultado.

No período analisado, o Náutico foi a agremiação esportiva que apresentou um índice mais próximo de ser positivo, com percentuais negativos de 1,33% e 1,96%, respectivamente. Por outro lado, o Sport registrou taxas negativas de retorno altas de 39,21% em 2021 e 5,84% em 2022.

4.4.3.2 GIRO DO ATIVO

Tabela 46 - Giro do Ativo

<u>CLUBES</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Santa Cruz Futebol Clube	0,06	0,05
Sport Club do Recife	0,47	0,25
Clube Náutico Capibaribe	0,05	0,18

Fonte: elaboração própria.

Observa-se, por meio da Tabela 46, que os três clubes de futebol apresentaram índices de geração de receita líquida variados em relação ao ativo total.

Nos exercícios de 2021 e 2022, foi o Sport que apresentou uma capacidade maior de gerar receita em relação ao ativo total em relação aos seus rivais, com valores de R\$ 0,47 e R\$ 0,25 para cada R\$ 1,00 de bens e direitos. Na outra ponta, o Santa Cruz apresentou os piores resultados, com R\$ 0,06 e R\$ 0,05 de receita líquida para cada R\$ 1,00 de ativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central realizar uma análise das demonstrações contábeis do Santa Cruz, Sport e Náutico referentes aos exercícios de 2021 e 2022, avaliando a situação econômico-financeira por meio do cálculo dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, a fim de identificar se o Trio de Ferro é considerado atrativo para investidores em potencial na constituição de uma Sociedade Anônima de Futebol (SAF).

Os objetivos delineados no estudo foram atendidos, haja vista que a análise das demonstrações financeiras foi conduzida com sucesso, através da descrição dos índices analisados e dos cálculos correspondentes, assim como pela apresentação dos resultados obtidos em conjunto com as informações contidas nas notas explicativas divulgadas pelas agremiações esportivas.

A partir dos indicadores, nota-se que não houve muitas alterações nos indicadores de liquidez no período analisado. O Sport foi a única agremiação esportiva a apresentar aumento no indicador de liquidez corrente em 2022, no entanto, de forma pouco significativa. Acerca dos indicadores de liquidez imediata e geral, nenhum dos clubes demonstrou melhora em seus resultados, evidenciando uma deterioração na capacidade de pagamento. Em 2022, o Sport, Santa e Náutico apresentaram excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$ 199.386.802,00, R\$ 55.104.361,00 e R\$ 20.450.884,00, respectivamente, levantando dúvidas acerca da continuidade operacional dos três clubes. Acerca do endividamento, os clubes apresentaram um alto nível de dívidas, que aumentou ao longo do período analisado, evidenciando o problema estrutural das organizações. Com exceção do Sport, que encerrou o exercício de 2022 com aproximadamente 80% de suas dívidas de curto prazo, que é algo extremamente preocupante, as outras agremiações apresentaram uma concentração maior de obrigações no longo prazo. No que se refere à rentabilidade, as três entidades desportivas apresentaram resultados ruins no período estudado, com taxas negativas de retorno sobre o ativo. Quanto ao índice de “giro do ativo”, o Santa Cruz apresentou valores irrisórios de geração de receita quando comparado com o seu ativo.

Em resposta à pergunta proposta e ao objetivo da pesquisa, os resultados ruins obtidos por meio dos indicadores financeiros demonstraram que, considerando esse critério de modo exclusivo, o Santa Cruz, Sport Recife e Náutico não são

atrativos para potenciais investidores na constituição de uma Sociedade Anônima de Futebol (SAF).

Por fim, esta pesquisa possibilitou a análise das demonstrações financeiras de clubes de futebol, um tema que raramente é explorado em pesquisas, especialmente quando se trata das três principais agremiações futebolísticas de Pernambuco. Essa situação dificultou consideravelmente o embasamento do trabalho, tornando-se, portanto, uma sugestão para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Análise das Demonstrações Contábeis em IFRS e CPC**: facilitada e sistematizada. São Paulo: Atlas, 2019. 272 p.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC**: atualizado de acordo com o cpc 47 - receita de contrato com cliente e com o cpc 48 - instrumentos financeiros. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 300 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília: Diário Oficial da União, 28 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 24 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília: Diário Oficial da União, 17 dez. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 25 mar. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000. Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 17 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9981.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRUYNE, Paul de *et al.* **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. 251 p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. ITG nº 2003, de 7 de dezembro de 2023. Dá nova redação à ITG 2003 (R1), que dispõe sobre entidade desportiva. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/norma-brasileira-de-contabilidade-itg-2003-r2-de-7-de-dezembro-de-2023-531778616>. Acesso em: 27 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG nº 26, de 24 de novembro de 2017. Altera a NBC TG 26 (R4) que dispõe sobre apresentação das demonstrações contábeis. Brasília: Diário Oficial da União, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/norma-brasileira-de-contabilidade-nbc-tg-26-r5-de-24-de-novembro-de-2017-1274552-1274552>. Acesso em: 30 dez. 2023.

FUTEBOL, Federação Internacional de (org.). **FIFA WORLD CUP QATAR 2022™ IN NUMBERS**. 2023. Disponível em: <https://publications.fifa.com/en/annual-report->

2022/tournaments-and-events/fifa-world-cup-qtatar-2022/fifa-world-cup-qtatar-2022-in-numbers/. Acesso em: 30 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002. 175 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 251 p.

LEFISC. **LEI 11.638/2007 - ALTERAÇÕES NA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS**. 2008. Disponível em: <https://www.lefisc.com.br/materias/2008/252008ir.asp>. Acesso em: 26 dez. 2023.

MARTINS, E. et. al. **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis: Uma Abordagem Crítica**, 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2020.

MARTINS, Eliseu *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do cpc. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 844 p.

MONTEIRO DE CASTRO, Rodrigo R (Coord). **Comentários à lei da Sociedade Anônima do Futebol – Lei 14.193/2021**. São Paulo. Editora Quartier Latin. 2021.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Projeto Pelé: inconstitucionalidades e irrealidades. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, ano 35, n.º 137, jan./mar. 1998.

RECIFE. Lei nº 19104, de 04 de outubro de 2023. Considera o Sport Club do Recife, o Clube Náutico Capibaribe e o Santa Cruz Futebol Clube Patrimônio Cultural e Imaterial do Município do Recife. Recife, PE: Diário Municipal do Recife, 10 out. 2023. Disponível em: <https://dome.recife.pe.gov.br/dome/doDia.php?dataEdicao=2023-10-10>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SENADO, Agência. **Um ano depois de aprovada, Lei das Sociedades Anônimas de Futebol tem balanço positivo**. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/10/um-ano-depois-de-aprovada-lei-das-sociedades-anonimas-de-futebol-tem-balanco-positivo>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SOUZA, Gustavo Lopes Pires de; RAMALHO, Carlos Santiago da Silva. **SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL**: primeiras linhas. Belo Horizonte: Expert, 2022.

VALUE, Sports (org.). **Finanças TOP 20 clubes brasileiros em 2022**. São Paulo, 2023. 156 slides, color. Disponível em: <https://www.sportsvalue.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Financas-clubes-2022-Sports-Value-maio-2023-1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1998. 87 p.

YOUNG, Ernst & (org.). **IMPACTO DO FUTEBOL BRASILEIRO**. Rio de Janeiro, 2019. 39 slides, color. Disponível em:
https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201912/20191213172843_346.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.